

12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

OBJETIVO: debater soluções que visem mudança na política de
preços atualmente praticada, que torna insustentável a
prática da atividade leiteira no Estado de Rondônia.

EM: 15.12.2025

INICÍO: 14h58min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras
e senhores, boa tarde a todos, sejam todos bem-vindos. A
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao
Requerimento nº 3355/2025, de autoria dos Excelentíssimos
Senhores Deputados Estaduais Alex Redano, Presidente da
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em conjunto
com a Deputada Estadual Cláudia de Jesus, após aprovação em
plenário, realiza Audiência Pública para debater soluções
que visem mudança na política de preços atualmente praticada,
que torna insustentável a prática da atividade leiteira no
Estado de Rondônia.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por
meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia
Legislativa do Estado de Rondônia, no Facebook, no YouTube,
e também os que estão conosco pela TV Assembleia, canal 7.2

e os nossos participantes que estão presencialmente conosco nesta Audiência Pública.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e proponente desta Audiência, acompanhado do seu assessor, o Senhor João Francisco dos Santos (Doca).

Convido a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia também proponente desta Audiência Pública.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Luis do Hospital, Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Camargo, Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Thiago Flores, Bancada de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Lucio Mosquini, Bancada de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Luiz Paulo, Secretário de Estado da Agricultura.

Convido o Excelentíssimo Senhor Luís Fernando, Secretário de Estado de Finanças.

Convido a Senhora Cimara Gonzaga, Zootecnista e Analista de Pecuária da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - Faperon.

Convido ainda o Deputado Pedro Fernandes, Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Senhor Filipe Rozique, Presidente da Câmara Municipal de Ariquemes.

A Mesa pode assentar-se. Neste momento, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, fará a abertura oficial desta Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater soluções que visem mudança na política de preços atualmente praticada, que torna insustentável a prática da atividade leiteira no Estado de Rondônia. Declaro aberta.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Estando à Mesa dos trabalhos composta, convido os presentes para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro e, em seguida, o Hino Céus de Rondônia.

**(Execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Céus
de Rondônia)**

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Podeis assentar.

Queremos agradecer a presença do Senhor Daniel Pinto da Silva, Tesoureiro da Asproler (Associação dos Produtores de Leite Rural);

Senhor Milton Louzada, Presidente da Associação dos Produtores de Leite Rural.

Agradecemos ainda à Senhora Gilvana Carvalho, Médica Veterinária;

Senhor José Dionísio, Supervisor Regional de Ariquemes, representando o Idaron;

Senhor Vereador Edilson Moraes, Câmara Municipal de Machadinho D'Oeste;

Senhora Vereadora Angela Posser, Câmara Municipal de Machadinho D'Oeste;

Senhor Vereador Romário, Câmara Municipal de Vale do Anari;

Senhor Vereador Márcio do Vale, Câmara Municipal de Vale do Anari;

Orlando Tropeiro, Vereador da Câmara Municipal de Vale do Anari;

Senhor Deibisson Amorim, Secretário Municipal de Agricultura de Monte Negro;

Senhor Francisco de Andrade, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Soldado da Borracha;

Senhor Felipe Souza, Diretor de Indústria e Comércio da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio d Ariquemes;

Senhor Márcio José da Silva, Presidente da Coopervale (Cooperativa de Produtores de Leite Vale do Jamari Ltda);

Senhor Vereador João Mendes, Câmara Municipal de Ariquemes;

Senhora Caroline Guariza, Sócia proprietária da Agroari;

Senhor Amauri Guedes, Administrador da cooperativa Cooapral;

Senhora Aniele Tesser, Gerente do Sebrae Ariquemes;

Senhor Alexandre Lopes, proprietário da Empresa Pecuagro.

Agradecemos ainda ao Senhor Wagner, representante da CRV Lagoa;

Senhor Rafael Ranucci, representando a JA Saúde Animal.

Agradecemos ao Excelentíssimo Senhor Vereador Filipe Rozique, Presidente da Câmara Municipal de Ariquemes.

Agradecemos à Senhora Keila Caldas, Supervisora da ATeG (Assistência Técnica e Gerencial);

Senhora Mary Braganhol, representando o gabinete do Deputado Cirone Deiró. Muito obrigado.

Senhor Ronaldo Jardim, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha D-15;

Senhor Márcio Noberto, representando o CISC (Comitê para Inclusão Social e Cidadania);

Senhor Manoel Carlos, Presidente da Fetagro (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia);

Senhor Flávio Martins, Supervisor Regional da Emater;

Senhor André Gonçalves, Assessor do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindileite);

Senhor Dhiony, Diretor Executivo, representando a Associação dos Pecuáristas de Rondônia (APRON);

Senhor Vereador Thonatan, Câmara Municipal de Monte Negro;

Senhor José de Arimatéia, Diretor de Recursos Humanos da Emater;

Senhor André Castro, Gerente Regional da Emater.

Convido neste momento, para fazer parte da Mesa, o Senhor Manoel Carlos Dantas, Presidente da Fetagro.

Agradecemos ainda a presença do Senhor Edmar Gomes, Presidente do Núcleo dos Criadores de Girolando de Rondônia;

Senhor Gilberto Baptista, Superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia;

Senhor Celso Ricardo, proprietário da CR Gestão Consultoria, do Rio Grande do Sul, presente conosco;

Senhor Professor Márcio, Presidente do CISC;

Senhora Janaína, Supervisora de Campo, representante da cadeia produtiva do leite.

Sejam todos bem-vindos à nossa Audiência Pública.

Neste momento, retornamos a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, para presidir a Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gente, boa tarde a todos. Vamos dar início aos trabalhos.

Quero aqui, antes de iniciar, fazer alguns encaminhamentos.

O primeiro deles é que se as autoridades aqui presentes na Mesa concordarem, eu gostaria de iniciarmos nossa

Audiência ouvindo os nossos produtores rurais, que são os principais interessados hoje na Audiência, para, após nós ouvirmos, podermos falarmos sobre o tema.

Essa ideia da Audiência surgiu no Município de Campo Novo de Rondônia. Estava fazendo entrega de implementos agrícolas nas associações rurais de Campo Novo de Rondônia. Quero aqui agradecer a presença do Prefeito Alexandre do Fortaleza, aqui marcando presença na Audiência. Estava no seu município, prefeito, e fui procurado por alguns produtores, aos quais eu estava entregando implementos agrícolas. E falaram da dificuldade que está sendo essa questão do preço do leite.

Então, fiz o compromisso de marcarmos essa Audiência Pública. Quero agradecer a todos os deputados que apoiaram. Tem muitos deputados que não estão presentes, que já estavam com entregas agora de fim de ano, de recursos, de emendas parlamentares, mas foi unânime o apoio dos deputados.

Quero agradecer, de coração, à Deputada Cláudia, que assinou junto comigo esta Audiência. Quero agradecer aqui à Senhora Cimara Gonzaga, Zootecnista e Analista de Pecuária da Faperon, obrigado pela presença. O Presidente da Câmara de Ariquemes Filipe Rozique, muito obrigado, vereador atuante, representando todos os demais.

Quero agradecer ao Secretário de Fazenda, que tinha um compromisso já marcado, mas cancelou para estar aqui. E é muito importante a sua presença, secretário, pois um dos temas tem a ver com a sua pasta, que é a questão de uma barreira tributária para os derivados de leite, principalmente leite em pó. E também discutir os benefícios fiscais que os laticínios têm acesso aqui no Estado de Rondônia.

Obrigado Secretário Luiz Paulo, Secretário de Estado da Agricultura, parabéns pelo grande trabalho.

Estamos aqui muito honrados com a nossa bancada federal, deputados atuantes, Deputado Lucio Mosquini. Obrigado pela presença, Deputado Lucio. O deputado aqui do Município de Ariquemes, faz excelente trabalho, Deputado Thiago Flores.

Quero aqui agradecer aos nossos deputados, Deputado Pedro Fernandes. O Deputado Pedro Fernandes foi um dos primeiros também que já confirmou a presença, está sempre cobrando.

Também registrar a presença do deputado aqui de Ariquemes, Deputado Delegado Camargo. Deputado muito atuante, muito estudioso, vem somar com a gente nessa causa. Obrigado, Deputado Delegado Camargo.

O meu amigo, grande deputado, defensor do homem do campo, Deputado Luis do Hospital.

Já mencionei aqui a Deputada Cláudia.

Quero, em nome dessas pessoas, cumprimentar todos os demais aqui. Eu estou olhando aqui, a grande maioria eu conheço. Então, vou evitar, senão daqui a pouco a gente vai falar o nome de todo mundo aqui.

Mas, quero cumprimentar, representando o Governador Marcos Rocha, a Benedita, nossa Secretária Regional.

O Dhiony Costa e Silva, Diretor Executivo da Apron, o nosso muito obrigado pela presença, Associação dos Produtores de Rondônia.

O nosso grande amigo Edmar Gomes, que é Presidente do Núcleo Girolando de Rondônia. Quero parabenizar pela dedicação, pelas ideias, pela orientação.

E quero aqui, em nome do meu amigo Edmar Abrantes, cumprimentar todos os produtores de leite aqui presentes.

Então, quero pedir a compreensão de todos que compõem a Mesa para nós primeiro ouvirmos os nossos produtores rurais.

Gostaria que o Cerimonial me passasse aqui todos os inscritos, por favor. Dez inscrições, por favor.

Antes, eu gostaria de passar aqui para o Doutor Doca. O Doutor Doca é nosso Advogado, nosso jurídico, e está sempre nos orientando nos temas das audiências. Vou passar aqui para o Doutor Doca fazer um resumo da Audiência e logo em seguida nós iremos ouvir nossos produtores. Por favor, Doutor Doca.

Quero agradecer também às pessoas que estão assistindo de forma remota. Nós temos aqui milhares de pessoas que estão assistindo dos quatro cantos do Estado de Rondônia.

Com a palavra, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Boa tarde a todos. Estou um tanto afônico. Mas, cumprimentar toda a Mesa, em nome da Deputada Cláudia, uma das proponentes. Em nome do Edmar, cumprimentar os demais presentes.

E trazer aqui um esclarecimento. A gente lá da Assembleia, da Assessoria do Deputado Alex Redano, nós temos cuidado de que as nossas Audiências Públicas sejam propostas com que a gente, ao final delas, saia com um encaminhamento, com algum resultado.

Então, a título de sugestão, Presidente, nós tivemos uma conversa prévia com parte dos interessados, o Edmar, os representantes do Sindileite, do Conseleite (Conselho

Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Rondônia), que estão representados aqui. Nós teremos, inclusive, a participação da Professora Vania di Addario Guimarães, da Universidade Federal do Paraná, que foi quem elaborou toda esta metodologia aplicada na pauta pelo Conseleite. Ela estará on-line para esclarecimento, porque existe também – eu vi nas pautas reivindicatórias aqui –, essa questão da fidelidade da alimentação desse banco de dados, de como é feito.

Nós precisamos agradecer também a presença aqui, porque o Conseleite, que é quem define a pauta, está aqui representado pela Emater, pela Faperon, Seagri e Fetagro. Quer dizer, nós temos quatro instituições que compõem o Conseleite. O Sindileite também, pelo André, se faz presente.

Muitos ficaram reticentes: “É, mas nós vamos para lá para apanhar, porque vão falar mal.” Mas esse aqui é o momento do debate, gente, de se expor. “Olha, eu não posso fazer isso, porque...”. Porque a metodologia aplicada é simples, é matemática, é o cálculo tudo. E nós vamos discutir nesta Audiência a possibilidade, de repente, de alteração dessa metodologia, vamos discutir com os técnicos quanto a isso.

Então, deputado, a princípio eu lhe sugeriria que ouvisse aqueles depoimentos mais técnicos, como aqui tem o Grupo Girolando, e, posteriormente, aquelas reivindicações, realmente, de insatisfação que todos têm, porque esse também é o papel da Audiência Pública.

Então, seriam essas as considerações para, ao final nós termos um encaminhamento aqui, ou já direcionado pela própria Comissão Temática Permanente da Assembleia Legislativa para cuidar da efetividade disso, que nós temos várias propostas de encaminhamento de pauta dos setores. E

temos também a questão, inclusive, aqui de sugestões, de Projetos de Lei, de alteração. Nós temos aqui que discutir essas questões de vícios de iniciativa ou não, aquilo que também vai de encontro ao Fisco, que se faz presente, o Fernando.

Então, nós vamos, nesse princípio, ouvir mais essa questão técnica para a posteriori, as oitivas dos reclames, que todo mundo vem também expressar a sua insatisfação. Seriam essas as minhas considerações, deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza, mas também, todos vão ter vez e voz aqui na Audiência. E também deixar claro que o objetivo aqui não é trazer a falência para nenhum laticínio, pelo contrário, nós queremos encontrar um equilíbrio e que pague um preço justo ao produtor de leite. Então, esse é o objetivo.

Registrar a presença do Presidente da Associação do Soldado da Borracha, Francisco.

Comunicar a todos os produtores rurais, que nós, da Assembleia Legislativa, a Advocacia da Assembleia Legislativa, nós tivemos uma vitória no STF (Supremo Tribunal Federal). Conseguimos suspender todas ações civis públicas, são mais de 10: cortes de energia, proibição de arrumar estrada, proibição de escola, retirada e apreensão de animais na Resex Minas Novas. Então, estão suspensas todas as ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Estado de Rondônia.

Quero cumprimentar também as pessoas que ajudaram muito esta Audiência, nosso amigo Abdias, está aqui presente, nosso muito obrigado.

Convido, de fala presencial, nesse momento, o senhor Edmar Gomes, Presidente do Núcleo dos Criadores de Girolando de Rondônia. Fique à vontade.

Como nós estamos transmitindo ao vivo e a maioria das pessoas estão de forma remota, pedir só a gentileza, para aparecer na televisão, na internet, para falar da tribuna, que as pessoas em casa vão conseguir acompanhar o posicionamento. Muito obrigado.

Fique à vontade.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Obrigado. Boa tarde a todos. Queria, em nome da Deputada Cláudia, cumprimentar todas as senhoritas e senhoras presentes conosco aqui. Em nome do Deputado Alex Redando, a todos os senhores. E agradecer de todo o coração o chamamento que fizemos aos produtores rurais. Uma árdua tarefa, sair de casa, sair das nossas propriedades, do nosso negócio e vir aqui para participar desta Audiência Pública tão importante. E vou tomar um pouquinho do tempo de vocês, mas eu acho que é para uma boa causa.

Eu queria começar passando um vídeo muito conhecido. Eu queria passar um pequeno vídeo muito conhecido, que fala da fábula dos milhos grandes. Eu acho que é um assunto que o Brasil está precisando muito. Nós temos que fugir dessa polarização social.

Nós somos um povo só, uma língua só, uma cultura só. Somos um país único na face da Terra. Nós não somos divididos. Nós somos um povo unido, nós somos partidários da fraternidade. Eu acho que esse vídeo vai nos ajudar a entender um pouco mais aquilo que nós devemos resgatar nos nossos primórdios, no nosso coração cidadão. Por favor.

(Apresentação de vídeo no telão)

Obrigado. Você está representando 26 mil produtores, pequenos produtores rurais do Estado de Rondônia com a sua presença aqui. Sinta parte daqueles que estão preocupados com o bem social de todos. Nós estamos aqui por conta disso. Não é para defender nosso umbigo. Não é para fazer o nós contra eles, os produtores contra os laticínios, os laticínios contra os produtores.

Nós temos que sentar na mesma mesa, coisa que nós não somos acostumados a fazer. Eu acho que nós estamos vivendo época de chupar limão. E eu proponho fazer desse limão uma limonada, porque fica doce e gostoso para todo mundo.

Então, eu quero apresentar alguns números, algumas realidades sociais aqui. Eu queria pedir para o menino do VT colocar, porque isso é muito importante, nós entendermos a cadeia produtiva do leite. Não existe absolutamente nada que injete dinheiro direto no município, direto na economia municipal do que o leite. É a cadeia produtiva mais benéfica do ponto de vista social. Por isso que eu acho que é importante nós falarmos sobre isso.

A Girolando é responsável por produzir 80% do leite do Brasil. É a maior associação de produtor de leite do mundo. É a Girolando. Então, nós estamos aqui falando em nome do Brasil, em nome de quem produz leite, de quem produz genética, de quem quer o melhor para o Brasil. Daqueles que, de fato, estão buscando aquilo que é bom para todos, não para alguns.

(Apresentação de slides no telão)

O objetivo dessa reunião é apresentarmos um diagnóstico econômico dessa cadeia do leite; avaliar a sustentabilidade dessa atividade para o produtor rural; identificar os riscos econômicos e sociais que temos vivido hoje; e subsidiar decisões de política pública. Porque os deputados, os nossos governantes, através do Legislativo e do Executivo, eles precisam de orientação social, eles precisam de direção da nossa parte. Ficarmos em casa e esperar as coisas acontecerem, elas nunca irão acontecer. Só é lembrado quem é visto.

Então, se nós não nos fizermos aparecer, eles não saberão a nossa dor. Então, obrigado a todos os políticos aqui empenhados, tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo. Sabemos que sem vocês, nós como sociedade, não vamos adiante. Nós podemos melhorar muito o país ou piorar muito com a precisão das ações de vocês diariamente.

Isso aqui é um organograma para a gente entender sobre a visão da cadeia do leite. Lá embaixo está escrito "leite importado". Se você olhar, leite importado vai direto para o consumidor. Se você olhar lá em cima, gostaria que o nosso representante do Executivo visse isso direito, lá em cima tudo começa com insumos e com toda a cadeia do produto. Não existe produtor de leite se não existir bezerro, se não existir genética, se não existir vaca, para chegar no produtor.

Do produtor vai percorrer toda aquela cadeia que você está vendo lá: laticínio, distribuidor, atravessador toda a indústria, pequenas indústrias, grandes indústrias, o comércio em geral, para chegar lá na comunidade. Então,

produzir leite e consumir leite na Nação é você contribuir para uma sociedade mais justa e melhor.

Todas as vezes que o Estado, gananciosamente, acha que vale a pena importar leite, ele está dizendo para toda essa cadeia produtiva: "Vocês não interessam para nós, o que interessa é a nossa arrecadação".

Então é muito bom a gente pensar nisso aqui, porque importar leite, nós não conseguimos entender como o Estado de Rondônia é o segundo maior importador de leite do Brasil, com apenas 1 milhão e 800 habitantes.

Então, uma coisa eu sei, que Rondônia está ganhando muito dinheiro com as alíquotas de ICMS, porém nós não estamos ganhando socialmente com distribuição de renda, com economia sustentável. Então, quando nós pensarmos na visão da cadeia produtiva do leite, nós temos que pensar nisso aí. Porque nós temos impactos econômicos diretos, que é geração de renda e de emprego.

Nós empregamos milhões de pessoas de forma direta e indiretamente. Nós temos uma forte presença na agricultura familiar. Os pequenos e médios produtores estão enraizados na cadeia leiteira. A renda mensal recorrente. O nosso cheque de leite é o nosso holerite de pagamento, é dali que sai o nosso supermercado, a farmácia, a economia doméstica está lá. É uma economia recorrente e ela tem uma demanda contínua por insumos, por serviços de transporte e manutenção.

Então, o que movimenta a economia da maioria dos municípios é a cadeia de leite, toda a nossa economia local, é diário isso. Quando sai o cheque do leite, os comerciantes dão risada, porque são dias melhores. Sustenta o comércio local. Reduz – políticos, amigos nossos, por favor, escutem isso – reduz o êxodo rural, porque você mantém a renda no campo.

Não adianta querer que o filho do produtor fique no campo se ele não tiver uma qualidade de vida, uma sustentação financeira adequada. E em muitos municípios o leite é a principal atividade econômica. Se quebrar o leite, quebra o município. Não paga a folha de pagamento. O leite tem um efeito multiplicador para cada real. Cada real gasto no leite devolve três reais no movimento da economia: ração, milho, soja, supermercado, loja de confecção, farmácia, combustível. Sustenta milhares de indústrias, queijos, iogurte, manteiga, leite em pó. Agrega valor ao produto primário e tem uma contribuição direta com a arrecadação de imposto.

Isso aqui é a produção de Rondônia. Pasmem, isso aqui são dados do IBGE, porque infelizmente nós deixamos de fazer monitoramento de dados de produção leiteira no Estado de Rondônia há anos.

Nós não sabemos com exatidão, o IBGE tem os dados por estimativa. Aqui não tem um monte de realidades do Estado de Rondônia, como as microindústrias rurais, que nós não temos o controle de leite, de quantos litros de leite ela usa para manufaturar o queijo artesanal. Mas, olha para vocês terem noção, em 2015 nós tínhamos 2.238.356,16 litros por dia, para 2022, 655.000 por dia.

Essa é a realidade da economia do leite em Rondônia. Nós saímos de 2,3 milhões para 655 mil. Dados do IBGE. Aí eu te pergunto, o que adianta nós pedirmos para o governador, para o Presidente da Assembleia ir lá fora, trazer uma nova indústria de leite para cá? Se eu fosse dono de indústria de leite, eu não queria vir para Rondônia. Só decresce. Como é que eu vou dar conta de sustentar minha indústria aberta?

Então, não é uma questão de nós contra eles, de nós enxergarmos a realidade do leite e querer trabalhar de forma

perene. Políticas públicas que não garantam apenas preço, mas garantam a manutenção do homem do campo com responsabilidade.

Aqui embaixo, é tudo fonte do IBGE, litros anos e litros dia, só para vocês terem noção, de 800 milhões para 299 milhões. Quer dizer, nós abaixamos significativamente nossa produção de leite no Estado de Rondônia e nós somos um Estado que deveríamos ter muito mais leite, porque temos muitas pequenas propriedades pela forma que foram distribuídas as terras no Estado.

O preço do leite não acompanha o aumento da produção de custo. O Edmar Abrantes vai mostrar isso aqui, a realidade da fazenda dele. O custo que ele tem hoje em relação ao que ele está arrecadando.

A margem dos produtores reduziu desde 2023 de forma significativa e, em 2025 é 100% negativa, a atividade está operando no seu limite econômico.

Evidências para isso. O preço do leite pelo indicador CEPEA/ESALQ – isso aqui é uma coisa muito importante, para quem gosta de acompanhar, muito importante essas duas fontes de informação –, os custos médios são baseados em séries, Cepea/Embrapa, redução de espaço econômico do produtor, existe uma convergência entre preço e custo nesse período.

Aqui é para a gente entender. De 2020 a 2025, esse é o cenário. Essa linha que você está vendo em laranja é o custo do produto para o produtor, quanto que custa para ele produzir um litro de leite. Essa linha em azul é quanto ele recebe. Você percebe que a partir de 2021 começa a ter uma convergência, um encontro entre o custo e o valor recebido. Quando chega em 2023 ela quase empata; em 2024 ela dá uma melhorada; 2025, ela muda de patamar. Hoje está mais caro produzir do que você recebe.

Aqui depois a gente vai discutir, que a gente não consegue entender porque os nossos custos não conseguem ser atualizados mensalmente ou, no mínimo, bimensalmente lá no nosso Conseleite, mas isso é uma discussão que a gente vai trazer aqui hoje.

Isso aqui é para você entender: margem mensal do custo de produção com valor aferido do leite. Você percebe que mesmo nos meses de melhor preço, a margem do produtor sempre é pequena, o que sobra do bolso dele sempre é pouco, sendo que em 2025 ele está trabalhando com essa margem negativa desde o início do ano.

E quais os desdobramentos econômicos disso? Porque o problema não é só de preço, é custo e margem. Eu sinceramente não estou aqui para pressionar laticínio: "Você tem que me pagar mais". Nós temos que sentar na mesma mesa e discutir as vantagens e desvantagens para os dois lados, porque não existe laticínio sem leite, mas também não existe leite sem laticínio, nós temos que juntar nossas forças.

Eu conversei um tempo atrás com o dono de um laticínio. Falar para ele que eu entendo as dores deles também, porque na seca a gente deixa de produzir, e a indústria dele continua com os mesmos preços. Esse sujeito, esse dono do laticínio, esse senhor, me fala emocionado: "Edmar, pela primeira vez um produtor rural senta na minha mesa para não me chamar de ladrão." Eu disse para ele: "Eu não tenho condições de existir, como produtor de leite, se o senhor não existir como indústria. Agora, nós precisamos sentar na mesa e discutir a política do ganha-ganha, não é do ganha-perde, é de os dois lados ganharem." Nós temos que voltar a discutir isso.

Sem sustentabilidade econômica não há política social que se sustente. Não adianta a gente fazer esse monte de

política social, mas não tem sustentação econômica. O nosso objetivo, então, é preservar o produtor e a cadeia produtiva em todo o seu aspecto, e aqui eu incluo as indústrias.

Estamos testemunhando essa baixa de renda não apenas no campo, mas nas próprias empresas. Elas também sofrem com toda essa pressão de custo existente no país. Então, nós precisamos resgatar o que esse preço médio paga ao produtor e o preço médio que o produtor custeia para produzir o leite dele mensalmente. E isso o pessoal do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) pode nos ajudar muito porque eles têm custo de produção do pequeno, nós temos do médio, temos do grande, dá para fazer uma junção e entender o que é preço médio. Isso está impactando todos os nossos produtores, porque está nos descapitalizando.

Tem produtor rural que está tirando dinheiro do bolso para poder continuar mantendo a sua leiteria; outro secando vaca para diminuir o prejuízo dele. Isso reduz investimento em tecnologia. É a cadeia que perde. É o lojista que vende equipamento, que vende implemento. Todo mundo perde quando essa cadeia produtiva entra em desarmonia como ela está hoje. E o risco de abandono de atividade, as pessoas vendendo as vacas de leite, matando nos frigoríficos, e isso lá na frente vai dar um reflexo cruel social no Estado.

Então, esse impacto social no meio rural é vigente, é atual, e precisamos olhar com muito carinho. Quantas falências econômicas de municípios acontecem por conta desse impacto regional, social e fiscal, que o leite tem trazido? Quanto êxodo rural acontecendo por enfraquecimento dessa agricultura familiar?

Quem conhece os Estados Unidos sabe que lá a pessoa tem prazer de viver no campo, ele trata o filho dele no campo, ele cria os filhos dele no campo. A cadeia sucessória está

comprometida no Brasil, por quê? Porque o filho vê o pai sofrendo, o filho vê o pai tendo uma subvida, e isso não atrai os nossos filhos.

Nós precisamos melhorar essa cadeia produtiva para que os nossos filhos tenham o prazer de se tornarem produtores rurais como nós, tirar leite como a gente tira, viver no campo, como a gente vive. Nós temos que resgatar esse senso de urgência, de ter alegria de sermos produtores rurais. Sem contar da nossa queda de arrecadação, porque isso é uma crise indireta também.

Então, essa cadeia está afetando renda, emprego, finança pública, porque essa diminuição de oferta de leite está acontecendo e nós mostramos aqui com dados oficiais que está diminuindo a oferta de leite no Estado de Rondônia.

Nós precisamos de política pública que mude esse cenário, porque nós, como produtores, podemos fazer a nossa parte, mas nós precisamos receber o motor. É a iniciativa pública que pode nos ajudar com isso, com leis e com projetos, feito a muitas mãos, não apenas no aspecto técnico, mas no aspecto produtor lá no campo também, o que está doendo lá no produtor.

Aqui quero, realmente, enaltecer o trabalho de muitas entidades que têm nos ajudado e têm ajudado o homem do campo. Nós precisamos resgatar essa visão técnico-política dessa cadeia do leite. A cadeia do leite é estratégica para a estabilidade regional. Ela precisa produzir renda, margem de lucro, para que isso gere um impacto sistêmico porteira para dentro.

Nós precisamos resgatar essa relação de oferta e estabilidade de preço, porque hoje, estamos aqui todos reunidos, inseguros, sem saber quanto nós vamos receber, dia 25, pelo nosso leite. Porque em Rondônia é assim, você

entrega o leite 30 dias para receber com 55 dias, e sem saber quanto você vai receber.

Eu nunca comprei uma Coca-Cola sem antes o dono do boteco me falar quanto ela vale ou um litro de água me falar quanto vale. No leite nós somos obrigados a entregar o produto, para lá na frente, me falar o dia que vai me pagar e quanto que vai me pagar. Eu acho que isso é uma política de ganha-perde, nós precisamos resgatar o ganha-ganha, sustentar a cadeia político-econômica dessa realidade.

Nós temos feito alguns encaminhamentos à Assembleia Legislativa, através do Presidente Deputado Alex Redano, e eu gostaria de colocar aqui algumas delas, que são pautas de encaminhamento – porque essa Audiência Pública não pode ficar apenas no discurso, porque isso não vai resolver nosso problema –, nós temos que encaminhar situações que possam resolver nosso problema a curto, médio e longo prazo.

Então, eu queria pedir para colocarmos esse ofício, o primeiro ofício. O Ofício nº 1212/2025, que são as nossas reivindicações para hoje, e gostaria que todos os deputados entendessem isso; o pessoal do Executivo entendesse que isso é necessidade que nós temos.

Então, eu queria terminar com isso aqui, dizendo assim: vamos fazer do limão uma limonada? Porque o nosso objetivo – Deputada Cláudia, dá uma olhadinha lá para trás, querida –, nosso objetivo é manter o homem do campo, no campo – como a sua família ali na 128, que são meus vizinhos –, com qualidade de vida e dignidade. Porque manter o homem do campo sem dignidade, sem qualidade de vida é expor ele a um sofrimento desnecessário.

Então, o nosso objetivo como associação é manter o homem do campo, mas com qualidade de vida e com dignidade, porque eu continuo acreditando que juntos nós somos mais fortes.

Que Deus nos abençoe, que saíamos desta Audiência aqui cheios de esperança. Chegamos aqui desesperançosos, mas que Deus nos ajude a sairmos daqui cheios de esperança. Muito obrigado por esse primeiro período.

Eu quero agora colocar as proposições para que essa Mesa possa encaminhar para nós, e assim, a gente fazer desta reunião encaminhamentos seguros.

Não são reivindicações do Edmar. São reivindicações dos produtores de leite do Estado de Rondônia.

Nós queremos solicitar do Governo do Estado de Rondônia a decretação de calamidade pública do setor leiteiro do Estado de Rondônia. Porque, uma vez decretado calamidade pública, nós podemos renegociar dívidas, sem juros. Nós podemos renegociar dívidas sem comprometer nosso crédito, nosso nome. Então nós pedimos que seja encaminhado isso ao Governo do Estado de Rondônia, a decretação de calamidade pública.

Nós estamos pedindo e que a Assembleia Legislativa, eu acho que todo brasileiro deveria ter consciência disso, eles são os nossos representantes legítimos, porque eles podem propor ao governo, eles podem pleitear diante do governo aquilo que é possível ser feito.

Segunda proposta. Abertura da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Conseleite para analisar dados emitidos da indústria e seus custos de produção, comparando com as notas fiscais, através da Sefin. Verificar as notas fiscais apresentadas, pois existe uma suspeita de que eles só apresentam aquelas que favorecem as empresas. Qual o peso do custo dos produtores na composição do Conseleite? Nós temos que fazer uma conferência entre as planilhas de custo das empresas com os documentos oficiais, para análise e averiguação da idoneidade deles.

Terceira. Reformulação dos assentos das cadeiras do Conseleite na Câmara Setorial. Fazer valer em lei assentos para órgãos representativos e técnicos como o Senar, a Emater e o Núcleo Girolando de Rondônia.

Quarta. Na composição do preço do leite, atualização dos custos dos produtores com a mesma frequência, peso e importância dos custos das indústrias. Porque todas as vezes que sentam, se apresenta custo de produção do leite, preço que vende o queijo e a indústria não fecha no vermelho, só paga o leite para eles fechando no azul.

E o contrário não é verdadeiro. Quer dizer que eu sou obrigado a produzir leite em detrimento do custo do laticínio e o Conseleite não para analisar o custo do produtor? E não atualiza na mesma frequência e no mesmo peso equitativo daquilo que é o preço do custo de produzir queijo e leite no setor industrial. Então nós queremos que haja essa equidade, porque nós precisamos explicar por que no Mato Grosso, um Estado coirmão, eles têm preços maiores do que os praticados em Rondônia, tendo eles custos de produção menores porque eles têm abundância de comida e lavoura.

Quinta. Colocar o Conseleite em suspeição até a conclusão com o relatório desta CPI. Neste tempo podemos substituir o preço do Conseleite pelo CEPEA com o preço média-Brasil.

Então, nós não iremos ficar desamparados, nós temos um preço do CEPEA que é idôneo, é aceito por todo o mercado do Brasil. Então, a gente não vai ficar sem Conseleite, a gente vai manter o Conseleite, porque eu acho que é um excelente conselho. Nós só precisamos discutir a forma que está sendo abastecidas as planilhas. Enquanto a CPI não concluir, nós podemos trabalhar com o preço médio da CEPEA Brasil, que é o índice oficial.

Sexta. Colocar valor de pauta para o leite e seus derivados que entrarem de fora do Estado de Rondônia. Assim fomentaremos a cadeia do leite e o consumo do produto produzido dentro do Estado de Rondônia.

Vai no supermercado e veja quantos litros de leite UHT que você encontra que é produzido em Goiás, que é produzido em Minas, que é produzido em São Paulo e não é produzido no Estado de Rondônia. É fácil, vamos estabelecer um valor de pauta para entrar o leite de Rondônia, e o leite de Rondônia vai ficar superavitário do ponto de vista financeiro e fiscal.

Sétima. Substituir a empresa que presta serviço na composição do leite em Rondônia, que é a Universidade Federal do Paraná. E eu quero sugerir como associação a mesma empresa que está prestando serviço ao Estado do Mato Grosso, porque, ao nosso ver, ela é mais justa e equânime.

Oitava. Nós temos que alterar a Lei nº 1.473/2005. Temos que retirar o item "lácteo e seus derivados" dessa importação. Nós temos que excluir os itens lácteos, porque assim nós vamos atrapalhar, pelo menos, muito os leites importados.

Nona. Ativar, em definitivo, o Laboratório de Análise de Leite. Nós precisamos avançar na qualidade de leite do Estado de Rondônia.

Não sei se os senhores sabem, mas nós gastamos R\$ 15 milhões em um laboratório de leite, que nunca testou qualidade de um litro de leite no Estado de Rondônia. Tudo porque esqueceram que esse laboratório é tocado com insumos e não tinha como comprar insumos.

Então, nós temos um laboratório que eu acho que nem atualização tem, dinheiro público jogado fora e a gente não

consegue fazer análise de leite no Estado de Rondônia. Vamos fazer isso. Estamos propondo que vocês façam isso.

Décima. Nós temos que voltar o dinheiro do Proleite, derrubando a Lei Complementar Estadual nº 1.283/2025. Não tem justificativa você pegar um dinheiro do Fundo para tocar o meio. O meio não pode ser maior do que os fins. Nós não podemos gastar o dinheiro do Fundo com os meios.

O Estado de Rondônia precisa resgatar a hombridade de bancar a sua Folha de Pagamento dos seus funcionários, com dinheiro próprio, com recurso próprio, não com dinheiro pago do Fundo Proleite, que tanto nos ajuda e pode nos ajudar a alavancar a pecuária leiteira do Estado de Rondônia.

Décima Primeira. Nós entregamos isso aqui para o Deputado Alex Redano, uma proposta de lei que é o Programa Estadual de Sustentação do Preço do Leite. É um programa detalhado, nós já colocamos na pauta e em ofício para que nós possamos discutir a viabilidade técnica, jurídica e financeira.

Achamos que é a maneira de nós não precisarmos daqui quatro ou cinco anos discutir a crise do preço do leite, porque é um programa de governo, não é um programa deste governo. É um programa de governo, um programa de Estado que vai manter de forma perene o preço do leite no Estado de Rondônia.

Décima Segunda. Levantamento da produção de leite de Rondônia com dados disponibilizados para as entidades envolvidas – Emater, Senar e Núcleo Girolando –, pela Sefin, nota fiscal de compra de leite pelos laticínios e a autodeclaração de rebanho leiteiro e produção de leite por produtor no Idaron.

A Sefin disponibilizar mensalmente o volume de compra totalizado no décimo dia útil de cada mês. Hoje nós temos números no escuro, nós não sabemos, de fato, quantos litros de leite se produz no Estado de Rondônia, por dia, média de vaca. Nós não temos esses dados, porque a cadeia de leite no Estado de Rondônia está esquecida. Os números provam isto.

E nós precisamos, então, por último, e aqui eu concluo, que o Idaron disponibilize duas vezes ao ano, conforme a declaração de rebanho, na primeira quinzena após o último dia de declaração, com dados disponibilizados para as entidades envolvidas. Assim, nós saberemos o tamanho do nosso rebanho, quantos produtores de fato existem e quantos litros de leite autodeclarados, para a gente comparar com os dados da Sefin, com notas fiscais emitidas. E esse cruzamento de dados nos leva a entender justamente com mais exatidão, aquilo que, de fato, Rondônia produz de leite, onde nós estamos e quais são os desafios que nós precisamos daqui por diante.

Queria agradecer mais uma vez a todos vocês. Falei na "velocidade 2", pelo tempo, pelo respeito que eu tenho por vocês que saíram da casa de vocês. Mas depois essas propostas serão discutidas exaustivamente a nível de Assembleia Legislativa, das câmaras setoriais, para que nós possamos, juntos, promover um documento que seja bom para toda a cadeia produtiva de leite do Estado de Rondônia.

Quero aqui agradecer a Deus e agradecer mais uma vez a cada um de vocês, a todos os políticos envolvidos que deram atenção ao nosso grito, à nossa voz. Sem política não se tem sociedade organizada. E sem sociedade organizada não tem política eficaz.

Que possamos continuar nos organizando como cadeia produtiva de leite no Estado de Rondônia, para que assim

possamos progredir com matérias de interesse do produtor de leite. Matérias que, realmente, venham atender a sua e a minha reivindicação, porque assim nós vamos ter um Estado de Rondônia forte, socialmente viável, economicamente viável também.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe grandemente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero parabenizar o senhor Edmar Gomes, Presidente do Núcleo Girolando, em Rondônia, e quero já antecipar que nós estamos debruçados sobre as indicações, sobre as leis. E são propostas, realmente, muito, muito boas, estão muito embasadas. Então iremos apresentar junto aos demais deputados.

Eu queria convidar o pessoal que está on-line. Quero, antes, agradecer o Presidente da ACIA, Associação Comercial e Industrial de Ariquemes, Presidente Alessandro, muito obrigado pela presença. Obrigado pelo apoio de sempre.

São falas técnicas agora, então a gente vai limitar agora em 10 minutos e depois todos os demais. Vamos colocar cinco minutos para não se estender.

Consultei aqui a Mesa, nós vamos abrir uma exceção, o Deputado Luis do Hospital faz questão de dar um boa-tarde, mas tem um compromisso. Ele já tinha me avisado semana passada, desse compromisso. Então eu vou quebrar o protocolo, com a permissão da Mesa, e passar para o Deputado Luis do Hospital, e logo após nós vamos continuar aqui ouvindo. Depois, todos da Mesa terão oportunidade também, após ouvirmos os nossos produtores, para debatermos.

Com a palavra, Deputado Luis do Hospital.

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Boa tarde a todos. Agradecer a Deus estarmos nessa tarde reunidos aqui. Importante esta reunião. Quero agradecer ao Senhor Presidente Deputado Alex. Parabéns, Deputado Alex pela propositura desta audiência importante para todos nós, todos os produtores, em seu nome quero cumprimentar rapidamente toda a Mesa.

Quero cumprimentar o Juninho Louzada, e em seu nome, cumprimentar todos os produtores de leite. E dizer, Presidente, que eu também fui produtor de leite já, lá em 2016, 2017. Então, a gente sabe a dificuldade de cada um de vocês que estão aqui, porque eu já fui produtor de leite. Eu cheguei a tirar 900 litros de leite, não é fácil.

Quero deixar dois encaminhamentos. Parabéns, Edmar, pela sua fala, pela sua propositura. E dizer que nós precisamos saber quanto a gente vai receber pelo leite. É injusto você entregar um litro de leite... Se você vende um boi hoje, com 30 dias você recebe o boi, não é, Manoel? Então o leite também não é diferente, se eu entrego o leite a R\$ 1,50, eu preciso receber a R\$ 1,50, não o preço que o laticínio quer pagar depois para todos nós.

Então, nós temos que ter essa segurança jurídica. Acredito que temos essa segurança de reclamarmos, judicializarmos e receber o dinheiro que, realmente, o laticínio propõe que todos nós recebemos.

E deixar também aberto que para o Luís Fernando, é uma proposta. Eu acredito que nós temos que quebrar a barreira do Estado, se outros Estados querem buscar o leite aqui de Rondônia, não tem porque o Mato Grosso não vir buscar o leite aqui também.

Então, nós temos que quebrar essa barreira. É importantíssimo nós olharmos para essa classe que nos sustenta. Estão sangrando, estão morrendo e ninguém está

fazendo nada por eles. Então, fica esse apelo juntamente ao governo, o que você puder fazer, umas das pautas, são inúmeras.

Vocês podem contar comigo que nós estamos juntos – não é, Presidente Deputado Alex? –, na Assembleia Legislativa e defender. Mas o primordial é saber o valor que nós vamos receber. O Conseleite não tem que trabalhar para o laticínio não, ele tem que trabalhar para os nossos produtores, e é o que está acontecendo hoje. O Conseleite trabalha para o laticínio, não para os produtores que aqui estão.

No mais, quero agradecer, que Deus abençoe a todos e pode contar comigo. Um abraço.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns pela fala.

Convido, nesse momento, o Superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia Senhor Gilberto Baptista. Vai fazer a sua fala de forma virtual. O link caiu?

Vamos passar, eles vão fazer a apresentação juntos, à Doutora Vania di Addario Guimarães, da Universidade Federal do Paraná, e o Professor Doutor José Roberto Canziani, também da Universidade Federal do Paraná. Eles que elaboraram metodologia do Conseleite.

Então, concedo 10 minutos para a Doutora Vania e o Doutor José Roberto Canziani.

A SRA. VANIA DI ADDARIO GUIMARÃES (Por videoconferência) – Boa tarde. Só me avise se estão me ouvindo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Estamos ouvindo bem. Pode ficar à vontade, doutora.

A SRA. VANIA DI ADDARIO GUIMARÃES (Por videoconferência) - Muito obrigado. Eu só vou justificar que vou passar a palavra para o meu colega José Roberto. Eu peguei Influenza, Covid, tudo junto, e mal estou conseguindo falar.

Somos dois, fazemos esse trabalho juntos há muitos anos, foi o nosso nome. Inicialmente pedir desculpa por não estarmos presentes, porque acabou ficando muito em cima. O Professor José Roberto falará em nosso nome.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Doutora, só um minutinho. Perdão interromper. O som não está saindo muito nítido. Se por acaso a senhora estiver com fone de ouvido, porque, geralmente, esse som fica com fone de ouvido. Se a senhora puder não estar com fone de ouvido, e estar com som ambiente, eu acho que vai sair um som mais audível.

Muito obrigado, doutora.

A SRA. VANIA DI ADDARIO GUIMARÃES (Por videoconferência) - Ok. Obrigada. Eu só estava me desculpando por estar com Covid, Influenza, não consigo não falar. Então, vou pedir ao meu colega, Professor Canziani, que fale em nosso nome, pedindo escusas às autoridades e aos presentes. Professor Canziani, por favor, fale em nosso nome.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, doutora. E desejo melhoras. Acabaram de me avisar que a senhora está com Influenza. Então, melhoras e boa recuperação.

Passo a palavra ao Doutor José Roberto Canziani, da Universidade Federal do Paraná.

O SR. JOSÉ ROBERTO FERANDES CANZIANI (Por videoconferência) - Muito obrigado. Boa tarde a todos. Estão me ouvindo bem?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO FERANDES CANZIANI (Por videoconferência) - Professora Vania e eu fazemos os trabalhos técnicos em diversos Conseleites no Brasil desde o ano de 2003. Ou seja, há 22 anos nós nos dedicamos como professores da universidade a pesquisar o setor lácteo brasileiro. Temos contribuído para o desenvolvimento dessa harmonia entre os produtores e as indústrias por meio de uma metodologia, de um modelo técnico, econômico denominado Conseleite.

O Conseleite surgiu nos Estados, geralmente em épocas de crise, que são, de fato, quando os preços estão muito baixos, como agora. Nós temos uma crise do setor comprometendo a renda de produtores rurais, comprometendo o resultado de indústrias. O modelo do Conseleite nada mais é do que você tentar fazer um cálculo e mostrar a tendência do mercado, se o mercado está piorando, melhorando, se está andando de lado, por meio de resoluções oficiais assinadas pelo Presidente e Vice-Presidente do Conseleite. E esses

estudos técnicos são mensalmente avaliados pelos conselheiros e os conselheiros referendam os resultados, aprovando e assinando as resoluções.

A Universidade tem um papel de mediação, um papel de dar credibilidade técnica, um suporte técnico, um apoio técnico às decisões políticas e institucionais dos lados dos produtores e das indústrias. A Universidade não tem direito a voto. A Universidade apenas, por meio de contratos, que envolve sigilo das informações individuais das indústrias, aplica o modelo e calcula os resultados.

Nós estamos há muitos meses, fazendo um trabalho voluntário em Rondônia. Nós, há seis meses, não temos mais contrato em Rondônia, mas as reuniões têm ocorrido e o Conceleite que é uma entidade privada entre indústrias e produtores, nada mais é do que um conselho, uma reunião de pessoas que conhecem o setor em cada Estado, lideranças dos sindicatos rurais patronais, dos sindicatos rurais dos trabalhadores. Então, em Rondônia a Fetagro e a Faperon representam os produtores rurais.

O Conceleite tem um estatuto, tem regulamentos próprios, é uma metodologia extremamente transparente. As resoluções são aprovadas por meio de votos individuais desses representantes e também do lado da indústria, o sindicato, o Sindileite, em Rondônia.

Nós temos um papel técnico. As metodologias são sempre aprimoradas por meio de outro fórum que se chama Câmara Técnica do Conceleite. A Câmara Técnica é o alicerce técnico do Conceleite, onde as instituições, no caso de Rondônia, Fetagro, Faperon e Sindileite, indicam técnicos com altíssimo conhecimento dos sistemas de produção de leite do Estado. Esses técnicos se reúnem por dias e dias e dias,

reuniões de 8 horas de vários dias para atualizar os parâmetros do modelo.

A Câmara Técnica não é deliberativa, ela é consultiva. Esses trabalhos técnicos são remetidos ao Conselho, ao Conceleite; e o Conceleite aprova por votação e esses cálculos são feitos.

Eu vou mostrar aqui rapidamente três slides apenas dentro do tempo, para respeitar o prazo da minha fala que foi sugerida.

Então, nós temos aqui o Conceleite Rondônia, o resultado da nossa última reunião, que está aqui nesse slide.

(Apresentação de slides no telão)

Me digam se está aparecendo, por favor? Então, o slide, se estiver aparecendo, o Conceleite divulga uma faixa de valores de referência. O menor o valor de referência está na linha vermelha. O valor de referência do leite padrão está na linha azul. O maior valor de referência está na linha verde.

Então nós temos uma faixa. Dentro dessa faixa é a qualidade e o volume do leite entregue. Na linha preta, nós temos os preços efetivamente pagos aos produtores de Rondônia. Então, ele se encontra dentro da faixa, seguindo a tendência de mercado. Infelizmente, pelo excesso de oferta no Brasil, não em Rondônia, mas no Brasil, e Rondônia não é uma ilha, os mercados estão em queda.

Então, não é surpresa que nós temos dito nas reuniões, no mês passado o mercado estava ruim. Nesse mês, o mercado está muito ruim e no próximo mês o mercado pode estar

péssimo. Ou seja, nós estamos realmente em um momento extremamente delicado para a pecuária de leite em Rondônia e para a pecuária de leite no Brasil.

Eu vou passar aqui para outro slide. Foi citado pelo Senhor Edmar, os resultados do Conseleite do Mato Grosso. Nós temos aqui o Conseleite de Mato Grosso, ele tem quatro valores de referência, além do menor, do maior, do valor básico, também tem um valor médio. E os preços efetivamente partem de produtores de leite no Mato Grosso, nós fazemos esse trabalho e temos ali os preços efetivamente pagos aos produtores de leite segundo o IMEA, que é da Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso.

Então, o Conseleite dá sim, uma sinalização para o mercado em termos de tendência de preços, não o valor absoluto a ser pago - quanto maior a qualidade de leite, maior o volume em função que reduz os custos de captação do leite. Então, nós temos uma faixa de valores de referência.

Nós também fazemos, há décadas, os resultados para o Conseleite Minas Gerais. Então, temos aqui o mesmo gráfico para os resultados do Conseleite Minas Gerais, também com quatro valores de referência. Realmente, o mercado está caindo até muito mais do que o Conseleite. Os dados do Conseleite, nesse momento de crise, as quedas indicadas pelos Conseleite têm sido menores do que os preços efetivamente pagos pelas indústrias.

E o Conseleite tem uma reunião técnica que divulga apenas para a sociedade, apenas uma pequena tabela, que é essa que está aqui, para o caso de Rondônia.

Então, o leite entregue em novembro a ser pago em dezembro, em Rondônia, o menor valor de referência é R\$ 1,55. Para o leite padrão que está aqui especificado, o que é o leite padrão? O leite padrão em Rondônia tem um volume de

até 25 litros por dia, ou seja, é para os pequenos produtores. Gordura de apenas 3,3%, Extrato Seco Desengordurado (ESD), CCS (Contagem de Células Somáticas), CBT (Contagem Bacteriana Total), e assim por diante.

Então, o maior valor de referência em Rondônia foi divulgado pelo Conseleite de R\$ 1,96 e, realmente, teve, sim, uma queda expressiva de 11,40 centavos entre o leite entregue em outubro, a ser pago em novembro e o leite entregue em novembro, a ser pago em dezembro.

Para finalizar, Presidente, só queria dizer que fazemos esse trabalho com a maior seriedade possível. Ele existe em muitos Estados do Brasil, ele já foi discutido no Congresso Nacional, já foi discutido em várias Assembleias Legislativas e ele é um método robusto, é um método que tem uma ciência por trás. Claro, nessas épocas de crise, nem produtores, nem indústrias, ninguém fica feliz.

Nós temos apresentado dados de que quem está se beneficiando dessa crise são os supermercadistas. Ou seja, o varejo está se apropriando das margens de produtores e das indústrias, e os consumidores também – com poucas exceções de promoções eventuais, limitadas a poucas unidades de produto. Você faz uma promoção de leite UHT ou de queijos, mas limitada a uma pequena quantidade. Então, os consumidores também estão sofrendo.

Se vocês quiserem achar o vilão para o momento, é o varejo. Mas eu não chamaria de vilão, porque isso já é conhecido do setor. Isso já aconteceu em outras épocas, é possível que aconteça de novo, mas também tem outro ente que são os governos. O governo seja o Poder Legislativo, o Poder Executivo. Acho que o setor, nesse momento, merece políticas públicas de apoio ao setor. Ele tem uma importância social extremamente grande no Brasil inteiro, não é só Rondônia.

Nós temos milhares, milhões de produtores pequenos, cujo o leite é a principal atividade econômica. Então, merece políticas públicas para apoiar o setor.

As importações, realmente, em 2025, a exemplo do ano passado, têm prejudicado muito o setor. Então, nós estamos em um momento de crise. Mas eu creio, para finalizar, dizendo o seguinte: nesse momento de crise, como o seu filho está com febre, não é a hora, a saída não é quebrar o termômetro que mede a temperatura do filho. A saída não é brigar com o médico que diz que seu filho está numa situação de saúde muito ruim. Eu acho que nós temos que ter inteligência para a elaboração de políticas públicas para resolver o setor, para dar um tempo para o setor. Essa crise é a última? Não é a última, nem a primeira, ela vai passar.

Eu creio que em fevereiro nós possamos ter um movimento de alta dos preços, uma recuperação, ninguém suporta esses preços atuais. Gente, o Conseleite não muda o mercado. Não é o valor do Conseleite o motivo de os preços estarem baixos. O Conseleite mostra que o mercado está ruim. Só isso. O mercado é superior.

Acho que não é ideia inteligente quebrar o termômetro, porque não vai melhorar a temperatura da criança, que está lá com 40 graus de febre. Nós temos que ter a continuidade das políticas de apoio aos produtores nesse momento de crise, em especial. Alguns, sim, vão ficar pelo caminho, e isso faz parte da questão da sucessão. O leite é uma atividade que envolve muito trabalho, de domingo a domingo, todo dia tem que ordenhar a vaca, no carnaval, no Natal. A gente compreende, sim.

Então, o meu depoimento é assim, nós estamos numa crise muito grande, as importações estão nos atrapalhando. Rondônia está longe dos mercados consumidores. Pelos nossos

cálculos, apenas 8% da produção de Rondônia fica em Rondônia, 92% vão para o Amazonas, vão para o Acre, vão para São Paulo, vão para o Rio de Janeiro, vão para o Nordeste. Então, tem um custo de transporte muito elevado. A culpa não é da indústria, não é da representação dos produtores.

A situação é uma situação de mercado, muito, muito. Mas nós vamos superar, eu creio, essa situação. Mas eu falo como um simples professor. Eu não tenho nenhum poder. Eu tento ajudar os trabalhos do Conseleite em Rondônia, junto com a professora Vania e nossa equipe. Nós estamos fazendo isso sem contrato. Então, não deveria nem estar falando em nome do Conseleite, quem deveria falar é o Presidente da Fetagro, o Presidente da Faperon, o Presidente do Sindileite. Estou falando apenas como professor, mas eu agradeço a oportunidade e desejo bom trabalho para vocês.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado pela participação, Doutor José Roberto Canziani, Universidade Federal do Paraná.

Nós vamos ouvir agora o assessor do Sindicato das Indústrias de Laticínios de Rondônia, o Sindileite. E depois tive dois pedidos aqui, dos deputados têm compromisso. O Deputado Lúcio Mosquini tem compromisso em Ouro Preto do Oeste e o Deputado Delegado Camargo também tem compromisso em Porto Velho.

Então, logo após ouvir o Senhor André Gonçalves Andrade, eu passo a palavra para o Deputado Federal Lúcio Mosquini e logo após o Deputado Delegado Camargo.

Mas, neste momento convido o senhor André Gonçalves Andrade. A mesma fala dele seria a do Gilberto Baptista, da

Fiero. Então, ele é assessor do Sindicato das Indústrias de Laticínios de Rondônia, Sindileite. Com a palavra, por favor.

O SR. ANDRÉ GONÇALVES ANDRADE - Boa tarde a todos. Deputado Alex Redano, em nome do qual cumprimento os demais membros da Mesa e a todos os produtores aqui presentes.

A gente veio nesta Audiência Pública no intuito, assim como em outras que nós já participamos também, no intuito de ouvir as demandas que o setor tem e esclarecer eventuais dúvidas. O nosso amigo da Girolando fez algumas pontuações extremamente importantes, pleiteando algo que, realmente, vem de encontro com o setor. Mas a gente gostaria de esclarecer, o Professor Canziani também fez algumas colocações.

Hoje, felizmente, nós temos o Conseleite, que nos dá um indicativo de como o mercado anda. Eu vi que a gente está pedindo, em uma das demandas, uma CPI do Conseleite. Há um tempo, a CPI pediu o Conseleite.

Então, o Conseleite veio como um atendimento do setor para mostrar com transparência o que está acontecendo no mercado de leite. E, infelizmente, hoje nós vivemos um momento delicado. Momento esse que a gente vem de um crescimento de produção nacional extremamente elevado, a projeção para 2025 é em torno de 9% a mais de produção a nível de Brasil. Isso é extremamente incomum. Nos melhores momentos da nossa pecuária leiteira, a gente crescia 3,5% e 4% ao ano. Nós estamos vindo agora com um crescimento de 9%. Isso já é, por si só, um volume muito alto de produtos sendo ofertados no mercado.

Mas, de onde vem esse crescimento? Esse crescimento vem, segundo os especialistas, de margens muito favoráveis

para o setor produtivo. Isso aqui em Rondônia e nos demais Estados produtores. Então, está havendo uma mudança no setor produtivo de leite que está sendo anunciada há muito tempo, mas que hoje é uma realidade. Boa parte da produção vem de produtores extremamente tecnificados, extremamente profissionais; de produtores que não são de origem de produção, mas são investidores que estão entrando na atividade leiteira como oportunidade de ganho, de investimento de negócios, e o resultado é uma oferta de leite acima do normal.

Junto com isso, nós temos uma importação muito grande. Essa importação veio, mesmo a gente tendo uma oferta maior, por algum motivo. Na minha avaliação, o motivo é preço. Então a importação só ocorreu, porque os preços do produto importado estavam bem menores do que o produto nacional. E isso traz o preço dos nossos produtos para baixo e gera uma crise no mercado.

Infelizmente, quando isso acontece, todos nós sofremos. Sofre o produtor, sofre a indústria – que não tem onde colocar o seu produto –, sofre com as quedas de preço ou a baixa capacidade de remuneração, enfim, que leva a todas as consequências que o colega da Girolando já colocou aqui: problemas sociais, falta de renda, falta de dignidade, enfim, tudo isso é uma verdade, é uma realidade.

Então, a proposição que deve sair daqui, deve alinhar as coisas para o setor político, porque tudo passa pela política, para que a gente possa construir juntos, e a indústria é parceira nesse processo, a indústria não é inimiga do produtor, muito pelo contrário, é ela que “chova ou faça sol”, faz o caminhão chegar nas propriedades para coletar o leite, independente do mercado estar bom, estar ruim, se está vendendo, se não está vendendo, ela está ali,

dia após dia, tentando ser parceira do homem do campo, ser parceira do produtor.

Então, a gente precisa, de fato, se debruçar sobre como esse setor está em Rondônia, como esse setor está nos mercados que a gente atua. O professor bem colocou, 92% do que se produz no Estado vai para fora do Estado. Então, eu produzo aqui, mas eu concorro com os mercados lá de fora, eu preciso saber disso, saber como é essa estrutura, para que eu possa, então, apontar soluções que possam melhorar o nosso grau de competitividade dentro dessa cadeia tão importante para o Estado.

A indústria de laticínio se compromete a levar aqui as reivindicações para o setor da indústria, que fiquem discutidas aqui. Para poder, da melhor forma possível, a gente encontrar soluções que possam suprir e passar essa crise, que deve persistir por algum tempo ainda. Era isso.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado. Com a palavra, nobre Deputado Federal Lucio Mosquini.

O SR. LUCIO MOSQUINI - Boa tarde a todos. Eu pedi para o Deputado Alex Redano colocar um político para falar, para animar um pouco. Senão, daqui a pouco o povo está dormindo.

Quero agradecer a todos pela presença, agradecer ao Deputado Alex Redano pelo convite. E eu vou ser breve, que nós vamos inaugurar uma iluminação de Natal em Ouro Preto do Oeste, às 18 horas. Eu agradeço ao Deputado Alex Redano.

Eu sou produtor de leite há 23 anos, eu recebo cheque do laticínio todos os meses. E eu, como tantos outros aqui, sei da dificuldade. Não adianta eu falar aqui da dificuldade

de um produtor, porque todo mundo aqui sabe o que é você pegar na teta de uma vaca e tirar leite de madrugada, com sol ou com chuva. E nós sempre tivemos crise de leite. E eu lembro de uma época que o produtor jogava leite na porta do laticínio, em protesto.

Em 2004, fechamos a ponte do Rio Jaru, em protesto contra o laticínio. Depois o tempo e a política me trouxeram um certo amadurecimento, que nós hoje, não podemos ser inimigos do laticínio. E todo mundo fala: "Ah, tem que trazer mais laticínios para Rondônia.". E o professor mostrou aqui a nossa produção de leite. Eu tenho certeza que as indústrias de laticínios hoje, quando comparado com a capacidade de produção que nós tínhamos de 2 milhões e pouco para 600 mil, 700 mil, a capacidade instalada hoje é muito ociosa. Eu sei porque eu conheço quase todas as indústrias daqui de Rondônia.

Então, não é o caminho para nós brigarmos com o laticínio. Mas, eu entendo que o governo tem que fazer a parte dele. Lá em Brasília e aqui em Rondônia, também. Lá em Brasília, deputado, o que vocês estão fazendo? O nosso momento hoje é de enfrentamento com os países do Mercosul, tanto a Argentina quanto o Uruguai. Um litro de leite, hoje, médio na Argentina custa R\$ 0,72. Uma barra de queijo muçarela, na Argentina, é vendida por U\$ 3,50, tanto na Argentina quanto no Uruguai. E esse leite desidratado, que é o leite em pó, que entrou na indústria nacional para fazer um chocolate, para fazer um biscoito, ele ainda está estocado nas grandes indústrias. A gente não importa o leite de caixinha de lá, nós importamos o leite em pó. E esse leite em pó, ele chega aqui com a metade do preço do Brasil.

E o que nós conseguimos? Eu até divulguei esse vídeo junto à FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) e junto à CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), nós

estivemos com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que é o Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do nosso País, e foi estabelecido que ele vai reeditar a taxa do *dumping* – que o *dumping* é essa palavra em inglês, do salto.

Nós vamos copiar agora o Presidente Donald Trump, vamos colocar uma sobretaxa no leite argentino e no leite uruguaio. Isso nós estamos lutando lá, porque a gente enfrenta também a indústria. Porque falar que nós queremos vender um leite mais caro para a indústria, a indústria fala: “Não, não, não, eu estou tentando baixar custo.”. E você fala: “Deputado, então por que a Argentina consegue fazer isso?”. Bom, primeiro que a Argentina tem alfafa e aveia, natural, na pastagem natural. E aqui, quem come alfafa é só vaca de rico. A vaca comum come lá o braquiário. A aveia, então, nem se fala. Como é que a nossa vaca vai comer aveia? O custo de produção de aveia. E lá na Argentina isso é natural.

Se você for pesquisar, o produtor argentino, e eu já estive lá vendo isso, é isento de tudo. Ele fala: “Eu quero produzir um leite.”. O governo fala: “Sim, senhor, perfeitamente. O que você precisa?”. “Eu preciso de uma vaca.”. “Toma aqui a vaca.”. “Eu preciso do insumo.”. “Toma aqui o insumo.”. “Eu preciso de uma ração.”. “Toma aqui a ração”. “Eu preciso não pagar imposto.”. “Ok, perfeitamente, você não paga imposto.”.

Só a Província de Buenos Aires, em setembro do ano passado, o governo deu U\$ 5 milhões de bônus, dando cheque para o produtor argentino. E aqui, o nosso governo, todos os dias, arruma uma maneira de prejudicar o produtor de leite. Olha, se o Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária), ou o Idaron, ou a Seagri fosse pegar tudo que tem de Portaria, de Instrução Normativa, fazer uma aliança com o Ministério

do Trabalho, e fosse em qualquer propriedade aqui, a gente parava amanhã de trabalhar.

É insustentável você tirar um leite, produzir, com esse tanto de norma que tem para um produtor cumprir. Mas na hora de chegar a esse preço aqui, o governo fala que não pode fazer nada. Mas nós podemos dar o bom exemplo. E aqui quem tem que dar esse bom exemplo, nós estamos em Rondônia, é o Governo do Estado de Rondônia, através da Sefin, por esse corredor de importação.

Olha, nós somos o maior importador de queijo muçarela do Brasil do Uruguai. Rondônia está em primeiro lugar. É o que mais importa queijo muçarela, apesar de não comer nenhuma fatia desse queijo. Arrecada imposto, acho até que é muito pequena essa arrecadação, mas é um simbolismo o Governo de Rondônia proibir, "Não, aqui no meu corredor de importação, se você quiser importar muçarela da Argentina e do Uruguai, ou de qualquer outro lugar, eu tenho uma taxa, eu tenho um valor maior.".

É uma questão de respeito com o produtor de leite. Nós somos o maior do Uruguai, e nós somos o terceiro maior importador da Argentina. Nós estamos perdendo o segundo lugar por 300 mil toneladas. Nós já importamos, esse ano, mais de 5 mil toneladas. Olha, não são 5 toneladas, não! São 5 mil toneladas de queijo, da Argentina e do Uruguai. E o pior é que esse queijo não é nem fatiado aqui, ele só usa esse corredor de importação.

O Governador de Santa Catarina, que está lá do lado desses países, proibiu, "Não, aqui nós não vamos aceitar o processamento de produtos lácteos com leite importado.". E talvez economicamente não é viável, mas é um simbolismo, é um respeito ao produtor. Falou: "Não, a minha taxa de importação aqui vai ser bem maior.".

E nós temos hoje uma produção muito baixa. Você vê que o Município de Jarú hoje é o município de Rondônia que mais produz leite, e produz 116 mil litros por dia. E é o maior. É uma produção muito baixa. Nós precisamos de tratar a cadeia produtiva do leite como um todo: na ração, no consumo do leite, no queijo, no transporte.

E o que o poder público pode fazer? Pode estender a mão. Já que o leite é uma questão de mercado, e não adianta aqui a prefeita de Ariquemes brigar, falar do preço do leite, porque nós recebemos esse produto lá de fora também, nós temos que sinalizar, fazer alguma coisa. Por exemplo, o Proleite, R\$ 17.738.000,00. Você já pensou esse dinheiro comprando semente de milho para fazer silagem ou adubo? Nós estamos implantando no Vale do Anari, custou R\$ 1 milhão para 280 produtores plantar 3 hectares de milho para silagem ou adubo. Custou só R\$ 1 milhão.

E o Proleite recebeu 17 milhões. Essa distribuição tem que ir lá na veia do produtor. Ela realmente não pode ser para atividade-meio. Tem que chegar lá para ele.

São essas atitudes que uma Audiência Pública como esta tem que colher, e alguém está anotando uma Ata aí, para tornar prática. É isso que nós precisamos, porque a gente não consegue superar o preço lá no mercado.

Olha, todo mundo aqui produz leite e sabe quanto custa para fazer um quilo de queijo. É um litro por cada 100 gramas. Então, em um quilo nós vamos gastar 10 litros. O preço médio aí, R\$ 1,20, R\$ 1,70, R\$ 1,50. Então, um quilo de queijo vai custar R\$ 13,00. Coloca mais alguma coisa, vai chegar a R\$ 20,00. Você sai daqui agora, vai no primeiro supermercado, você vai achar queijo a R\$ 50,00 o quilo. A R\$ 50,00 o quilo.

E o que a gente tem que fazer? Vamos fortalecer a agroindústria. Vamos tirar o leite da vaca e levar processado lá para o produtor. Nós temos que ter essa linha de pensamento, essa linha de raciocínio, seja aqui na Câmara de Vereadores do nosso município, seja na Assembleia, seja no Congresso Nacional, seja em todos os lugares. Tem que ter essa linha de que o produtor precisa do poder público.

Ou a gente faz isso, ou a gente quebra a cadeia produtiva do leite, como o professor mostrou aí. Nós perdermos quase um milhão e meio de litros de leite em 10 anos, de produção. Hoje o que a gente precisa é de uma política pública, e eu não estou falando do governador de plantão do momento, estou falando de uma lei, de uma política pública. Com o dinheiro do leite, tem que fazer isso, o produtor tem que fazer aquilo. Ou a gente faz, ou a gente esmaga o produtor.

Então, eu quero deixar essa minha simples contribuição, parabenizar a Assembleia Legislativa por promover a discussão. Eu acho que a discussão como essa vai provocando, provocando. E aqui tem o Luís Fernando, que é o nosso Secretário da Fazenda, um belíssimo técnico, tem todo o respeito. Essas informações aqui eu tirei da própria Sefaz e não estou aqui criticando a política que a Sefaz faz, mas estou propondo, quem respeita o produtor, a Sefaz proíbe essa importação do queijo muçarela por aqui, mesmo porque a gente nem fatia ele aqui. A gente não tem lucro nenhum, a não ser uma pequena fraçãozinha. Acho que talvez é quase que insignificante essa contribuição.

Então, eu queria parabenizar os heróis que ainda resistem. Eu vejo o Nim Louzada aqui, o Senhor Lacide. São heróis porque tiram grande quantidade de leite.

E eu entendo que nós precisamos estar do lado do produtor. E eu estando do lado do produtor, estou ao meu lado.

Então, parabéns para você que está resistindo e ainda acorda todo dia de madrugada para colocar um litro de leite na mesa do brasileiro. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, nobre Deputado Federal Lucio Mosquini.

Quero convidar aqui o nobre Deputado Estadual Rodrigo Camargo.

Antes quero registrar a presença aqui, estou muito honrado da sua vinda aqui, o meu primo Gasparello, bem-vindo primão. Com a palavra, nobre Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Boa tarde a todos. Eu gostaria de começar cumprimentando o Deputado Alex Redano, proponente desta Audiência Pública para tratar de um tema tão importante como a cadeia produtiva e a bacia leiteira do Estado de Rondônia.

A todos os pecuaristas, produtores aqui presentes; meu boa tarde, as pessoas que acompanham pela TV a Assembleia Legislativa.

Olha, eu não sou produtor de leite, eu não sou pecuarista, não tenho um garrote sequer, mas eu sou um estudioso e busco me debruçar sobre políticas públicas para trazer soluções concretas para a vida das pessoas. E foi isso que eu tenho buscado fazer no meu mandato e me debrucei para estudar números que hoje apresentarei aos senhores.

Irei apresentar aos senhores números estes que, desde já solicito auxílio de correção, caso eu faça algum número errado aqui, Secretário. Por gentileza, me interrompa, me corrija. Secretário da Seagri, por favor, me corrija se eu trouxer alguma informação inverídica aqui ou não condizente com os dados postados na lei orçamentária.

Bom, vamos lá. Antes de nós avançarmos, é preciso saber como nós chegamos nesse atual cenário crítico. Nós precisamos compreender o que nos trouxe até aqui. E por que eu digo isso? Em 2009, o governador era o Ivo Cassol e ele fez um programa chamado Proleite. Todos os senhores sabem. Aliás, tive cuidado de ver qual foi a data que ele sancionou. Foi dia 21 de dezembro daquele ano de 2009. Eu estudei profundamente essa lei e, em apertada síntese, irei explicar para os senhores.

O que é isso? Todo produto de arrecadação iria para um fundo específico chamado Proleite. Quem administrava esse Fundo era um Conselho formado por várias pessoas e que esse recurso estava lá na Seagri. Então, a Secretaria que era responsável pelo desenvolvimento desse programa, aplicação dos recursos, Seagri. Era assim que funcionava.

Mas por que eu quero destacar isso? Porque todo recurso tinha um carimbo, é como se fosse carimbado. Olha, o que entrou aqui nesse crédito, esse crédito só pode ser feito para o Proleite. Era assim que funcionava. Até quando? Funcionou muito bem até a Rondônia Rural Show deste ano.

Eu estava lá e eu peço que os senhores analisem a Sessão daquele dia, quando o governo atual propôs a extinção de dois Fundos, do Concafé e do Proleite. E qual era o objetivo da extinção desse Fundo? Pegar o recurso que lá estava, isso é o que está na Mensagem – eu tenho até a Mensagem ali, se alguém quiser depois posso passar nos grupos, não vou passar

aqui no telão só para a gente não perder tempo –, mas extinguiu esses dois fundos. E naquele exato momento estava lotado lá, eu levantei a mão e falei: “Ei, a conta vai chegar. Eu estou avisando, estão extinguindo dois Fundos importantíssimos para o desenvolvimento do agronegócio da cadeia produtiva do Estado de Rondônia, para dar um aumento ínfimo aos servidores da Emater.”.

Os meninos estão ali, viram que eu falei isso. “A conta vai chegar.”. Bom, eu avisei e chegou. Por quê? Porque o Fundo que estava lá, na mesma lei, eles deram um prazo através de decreto, o governo transferiu o recurso que estava lá, para a pasta da Emater. Então, saiu da Seagri, a administração, foi lá para a Emater.

Para quê? E não sou eu que estou dizendo isso. Está lá na justificativa da Mensagem: cobrir o reajuste salarial dos servidores da Emater. Como foi bem dito pelo colega ali, me parece que os meios não justificam os fins. Até mesmo porque naquele momento eu mostrei onde teria recurso para dar esse aumento. Mas fizeram ouvidos de mercador, não escutaram. Mas tudo bem, está aí o preço. Mas vamos continuar.

Então, foi assim que nós chegamos aqui. Se vocês olharem lá a atual lei orçamentária, vocês verão que tem um valor lá para desenvolvimento da cadeia produtiva da bacia leiteira. Vou falar, inclusive, de cabeça aqui, o número do programa para quem quiser conferir depois. Programa 2004. Programa, as ações do governo, cada um tem um numerozinho. Diz lá: Programa 2004, valor R\$ 1,7 milhão. Ou seja, no Estado que nós temos um orçamento que ultrapassa R\$ 17 bilhões, está previsto mais de R\$ 18 milhões, nós votaremos amanhã, o governo achou por bem destinar apenas R\$ 1,7 milhão para esse valor.

Por que eu chamo atenção para esse número? Faça um contrassenso, verifique quanto é o valor para a publicidade institucional. E eu estou falando publicidade, não aquela decorrente de lei que você é obrigado a publicar os fatos. Eu estou dizendo aquela que o governo paga a mídia para falar bem de si mesmo. Olhem o valor. É no mínimo 10 vezes maior que isso. Estou falando de coerência e prioridades. É a isso que estou me referindo.

Então, senhores foi dito aqui alguns dados que são importantes. A meu ver, nós temos três questões principais que também nos trouxeram, além dessa falta dessa política pública de desenvolvimento da cadeia leiteira. Acabei de dizer, revogação. Já vou dizer a minha primeira proposta. Eu não posso propor que o governo retorne ao programa Proleite, porque uma ação governamental tem que ter iniciativa do Executivo.

Mas eu vou fazer a indicação. Tem que dar um passo atrás, reconhecer que errou, que trouxe prejuízo ao produtor. Vamos retroceder e vamos implementar o programa de novo. Já fica a minha primeira solução. Estou propondo a primeira solução: retornar o programa Proleite.

Vamos para o segundo fato. Outra questão gravíssima que nós temos aqui diz respeito à produtividade do nosso gado leiteiro. Repito: não tenho vaca leiteira, não tenho sequer um bezerro, não tenho propriedade rural, nem no meu nome, de terceiros. Eu só estudei, vou citar a fonte: estudo da Faperon.

A média de produção diária de uma vaca em Rondônia é 4,9 litros por dia. Em Santa Catarina, 10,3. O que significa isso? Falta de genética. Nós não temos genética no nosso gado leiteiro. Faltam incentivos à inseminação, à produção, ao desenvolvimento.

Então, segundo eixo. Primeiro eixo que eu falei, falta de política pública. Revogaram. Segundo eixo, produtividade. Terceiro, rentabilidade. E por que eu digo isso? O senhor Edmar, que produz ali em Cacaulândia, acho que ele está aí, mais de 6 mil litros de leite por dia, ele recebe atualmente R\$ 2,40 por litro. Só que a cada 200 litros que você baixa na sua produção, o preço cai aproximadamente R\$ 0,20.

Então aquele pequeno produtor da agricultura familiar, que é a grande maioria da agricultura familiar, o que ele está recebendo hoje é aproximadamente R\$ 1,55. Enquanto no Mato Grosso, nosso Estado vizinho aqui, está recebendo R\$ 2,06. "Rodrigo, de onde você tirou isso, da sua cabeça?" Não, vou citar a fonte: IMEA.

E por que eu digo isso? Veja, a diferença entre quem produz ali em Vilhena e quem produz ali do outro lado, na primeira cidade, para o Mato Grosso. Comodoro - obrigado -, já há uma diferença de 35%. Então, será que não é mais fácil você pegar o seu leite, recolher e mandar para o Mato Grosso, para um laticínio de lá?

Então, eu falei da falta de política, eu falei de produtividade, eu falei de rentabilidade. Eu gostaria de fazer várias mudanças aqui e várias propostas, mas eu quero falar uma em específico. A Faperon, em junho de 2024 - digo isso porque eu tenho um protocolo e tenho um projeto comigo, se preciso, depois eu entrego aos senhores também -, apresentou ao Governo do Estado um projeto para fortalecimento do cooperativismo. Para que produtores, pequenos produtores da agricultura familiar, se juntassem em cooperativas e montassem pequenas agroindústrias para a produção ali do seu leite, envasamento, embalagem, comercialização.

Esse projeto foi engavetado. Ele nunca andou. Junho de 2024. Por quê? Bom, não sei. Talvez fosse falta de recursos, mas aqui eu já vou trazer a solução para isso também. Já me comprometi e já reservei no orçamento das minhas emendas impositivas. Está reservado já R\$ 6 milhões para que possam fazer 10 unidades de beneficiamento em locais estratégicos do Estado.

Repito, não é falta de orçamento, o Estado tem orçamento. Não precisaria das minhas emendas, não precisaria, tem fluxo de caixa para isso. Falta é política pública. Então, aqui estou trazendo a segunda solução. Já me apresentei, já me coloquei, já mandei, inclusive, documento para a Faperon falando: "Ó, está aqui, só me tragam o projeto atualizado com os valores recentes e o recurso está assegurado."

Porque no momento em que você começa a juntar a agricultura familiar e levar para dentro de cooperativas, isso fomenta várias coisas, não é apenas o comércio. Ali nós vamos ter cursos profissionalizantes, forma de manejar o gado, genética. É uma série de benefícios que é entregue na ponta.

Em relação, que eu ouvi alguém falar aqui, sobre o leite em pó, consultem lá também a lei orçamentária. O Secretário deve saber de cabeça que ele é um homem que presta muita atenção nas coisas. Está em primeiro lugar na importação aqui no Estado de Rondônia. Não é isso, Secretário? R\$ 8,5 milhões o valor de importação.

Bom, mas por que a gente importa leite em pó? O motivo é simples, porque nós não temos tecnologia talvez para transformar o leite líquido em pó. Para que nós precisaríamos fazer isso? Trazer maquinário, indústria. O problema é que, quando você compra esse maquinário tecnológico para

industrializar o nosso Estado em outro Estado, você vai ser parado na barreira tributária ali em Vilhena.

E quando chegar ali vão cobrar de vocês uma alíquota chamada Difal, que é a diferença da alíquota que você pagou lá em São Paulo, vamos dar o exemplo de 10%, da nossa alíquota aqui de 19,5%. Ou seja, você vai chegar ali, vai receber um boletinho, vai ter que pagar mais 9,5% de diferença de alíquota tributária. Isso é o Difal.

Então veja, não há nem incentivo para a industrialização do nosso Estado, que vive praticamente do setor primário. Então, senhores, eu busquei aqui, eu poderia ficar falando, porque eu me debrucei sobre isso. Eu fui até às três horas da manhã estudando o assunto sobre o leite. Não vim aqui trazer dados vazios ou sem soluções.

As soluções que eu proponho, entre outras tantas, apenas para deixar como sugestão aqui, é que nós possamos, primeiro, o governo implementar novamente o programa do Proleite. Trazer também, de novo, o Concafé, que também foi extinto. Também aproveitarmos para trazer benefícios tributários. Aqui eu já quero fazer um parêntese, não adianta aumentar ou fazer uma barreira tributária para impedir que produtos de lá sejam sobretaxados na entrada aqui. E por uma razão muito simples, porque toda a majoração ou criação de impostos só irá entrar em exercício no ano seguinte.

Então, ainda que a gente faça isso, somente em 2027 qualquer barreira tributária seria de fato exigível. Em razão do princípio da anterioridade, não é isso, Secretário? Não tem como fazer. Então, senhores, o que eu estou dizendo para vocês é que a questão tem solução? É claro que tem. Apresentei algumas aqui, mas, a meu ver, fortalecer o cooperativismo, investir em genética, recursos que eu já

falei, tirar alguns projetos que estão engavetados no Estado, como esse da Faperon.

E nunca se esqueçam, vejam como as coisas estão sendo votadas. Eu avisei que esse momento ia chegar, ninguém me deu ouvidos. "Por quê? O Rodrigo tem uma bola de cristal?" Não, eu leio, eu estudo economia, eu estudo finanças públicas. Isso era previsível.

Tem como retroceder e a gente avançar? Claro que tem. Agora vai depender de várias coisas. De boa vontade governamental, porque as políticas de execução de programa são atos do Executivo, atos de gestão, começa por aí. Vontade política dos principais atores.

Mas o que eu quero deixar como recado final: não desistam do Brasil, não desistam de Rondônia. Eu sei que nós enfrentamos tempos difíceis. Eu sei que talvez você que está lá não consegue nem pagar o custo da produção desse leite. Nós temos um outro problema gravíssimo que está tudo a ver com a produção do leite, que é a pauta do bezerro. Todo mundo aqui sabe porque o bezerro pode ser interligado à cadeia produtiva do leite. Um outro grande problema. Então, não desistam de Rondônia.

Continue investindo, continue se esforçando e pode ter certeza que dias melhores virão. Eu estou aqui para servir, para ajudar e eu peço a Deus que todos tenham um abençoado Natal, um bom final de ano e que Deus salve o Brasil e Rondônia. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras, nobre Deputado Rodrigo Camargo.

Mais uma vez, agradecer a presença aqui, nosso Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ariquemes, Alessandro, muito obrigado pela presença.

Convido para a fala, ela que é analista de pecuária e está representando a Faperon, a Senhora Cimara Gonzaga Vitor, por favor.

A SRA. CIMARA GONZAGA VITOR - Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer, na pessoa do Presidente Hélio que não pôde estar presente aqui hoje, devido a um conflito de agenda, o convite da Faperon, do Senar, para estar participando desse importante evento. Eu acredito que vai ser um marco na cadeia do leite do Estado de Rondônia.

Bom, muitos já falaram aqui dos problemas. Eu acho que não precisamos ficar repetindo. Eu acho que agora é o momento de buscarmos soluções. Com base nisso, a Faperon, Fetagro, Apron, juntamente com instituições parceiras como Embrapa, IFRO, Sefin e Idaron, a Associação dos Criadores de Girolando do Estado de Rondônia, Embrapa, Emater, Sebrae, Seagri. Propusemos a criação de um fórum de discussão que foi realizado no mês passado na cidade de Porto Velho. Anteriormente a este fórum nós já havíamos realizado algumas reuniões para discutir a situação da cadeia do leite em Rondônia.

E durante essas reuniões e durante esse fórum foram coletadas informações, propostas de melhoria e onde cada órgão, cada entidade que participou desse fórum poderia contribuir. E, a partir disso, foi gerado esse plano de ação estratégico para a cadeia produtiva do leite em Rondônia.

Este documento está disponível para quem tiver interesse. Depois, quem quiser pode me procurar, pode

procurar o Senar, a Fetagro e a Apron, a gente vai disponibilizar. E, este plano de ação é composto por oito pilares. Então, é um plano que possui pilares de curto, de médio e de longo prazo para sua execução.

Eu só queria citar algumas informações aqui que não foram colocadas. A questão da redução do nosso rebanho. Nos últimos anos, nós tivemos a queda de 30% do rebanho leiteiro do Estado de Rondônia, que está atrelado a diversas causas. Uma delas é a incapacidade do produtor de se manter na atividade. E ele acaba, muitas vezes, migrando para outras atividades que são mais atrativas economicamente: cacau, soja, café, ou até mesmo a bovinocultura de corte. Então, se nós pegarmos os dados da Idaron, a gente vai observar bem claramente essa queda.

Um outro aspecto importante é a produção. O deputado Camargo já citou aqui. A nossa produção está muito abaixo da média nacional. Então, se você tem um animal que está comendo todos os dias, mas está lhe dando só 4 litros de leite, isso é um sinal de problema.

E, para além da questão da genética, se nós não tivermos alimentação e sanidade caminhando juntos com a genética, de nada adianta. É a mesma coisa que você ter uma Ferrari e colocar na mão de uma pessoa que não sabe dirigir. Então, nós precisamos que as ações sejam conjuntas.

E aí nós temos a questão das importações. Nós tivemos agora uma vitória junto à CNA, que foi o retorno das investigações *antidumping*. Que fique bem claro que a importação de produtos não é proibida. Nós temos uma zona de livre comércio como o Mercosul. O que é proibido é a concorrência desleal a preços subsidiados muito abaixo dos praticados aqui no Brasil.

Isso é *dumping*. E *dumping* deve ser combatido. *Dumping* é crime. E compromete a nossa soberania nacional. Nós não podemos deixar que o nosso Estado, o nosso país, seja inundado com produtos de fora, do Uruguai e da Argentina, enquanto nossos produtores entram em crise e não conseguem sobreviver. É predatória essa entrada de produtos.

Então, eu queria só ler um trecho aqui da nossa introdução. O núcleo do problema está fora da porteira. A crise da cadeia do leite em Rondônia não é prioritariamente tecnológica ou produtiva, mas sim econômica, concentrada em três pontos centrais: preço pago ao produtor abaixo do custo real de produção, prazo excessivo de pagamento praticado pelos laticínios e margens historicamente baixas ou negativas.

Sem enfrentar esses elementos, qualquer avanço dentro da porteira tende a aumentar o endividamento do produtor e não sua sustentabilidade.

Outro aspecto importante é que, embora elevar a produtividade média por vaca seja tecnicamente desejável, isoladamente, é economicamente inviável. Se o preço do produtor permanece abaixo, o aumento da produtividade resulta em maior volume produzido com maior prejuízo financeiro. É o que nós estamos observando agora, neste final de ano. Nós temos aumento das chuvas, disponibilidade de alimento, aumento de produção, porém o produtor não tem para quem comercializar. Por isso, a máxima, produtividade sem margem, não é solução, é aceleração do colapso.

Nós temos também um outro problema, que é a logística precária do frete. Logística e custo. Hoje, segundo relatos dos produtores, o custo para transporte do leite no Estado de Rondônia pode chegar a R\$ 1,00 por litro de leite. Na média, está em torno de R\$ 0,40. Então, esse valor de

transporte em si já seria suficiente para garantir a remuneração mínima do produtor. Então, o que nós podemos fazer para tentar solucionar esse problema e diminuir as distâncias que o nosso leite é transportado até o laticínio?

A ausência de um marco legal sólido impede que programas essenciais se estabeleçam como políticas permanentes de Estado. Então, esse plano de ação foi elaborado e sistematizado conforme o Fórum do Leite e visa reestabelecer essa previsibilidade e competitividade do setor leiteiro.

Eu vou focar nos principais pilares aqui, que nós consideramos prioritários. O primeiro deles é a da proteção de mercado e combate a abusos. O objetivo central é restaurar o poder de negociação do produtor e eliminar a concorrência desleal. Primeiro ponto desse pilar: gestão e transparência de preços e pagamento. Previsão e prazo de pagamento regulado.

Então, adoção de um preço mínimo regional, transparência, um prazo máximo, com a regulamentação de pagamento em até 15 dias, e o produtor sabendo qual o preço a ser pago no litro do leite antes de comercializar.

Fiscalização e penalidade. Implementação em penalidade financeira automática por atraso com fiscalização estadual.

O segundo ponto é o contrato obrigatório entre o produtor e o laticínio, estabelecendo o contrato padrão, definição clara, registro e controle e sanções, penalidades administrativas em casos de práticas abusivas. Então, trata-se de uma medida civilizatória e econômica e não ideológica.

Defesa comercial de mercado. Proibição da reconstituição e de entrada, no Estado, de produtos com suspeita de *dumping*.

Restrição em crise. Aplicação de gatilhos automáticos de restrição de importação em períodos de crise de preço, utilizando o poder regulatório fiscal e do Estado para inibir o dano econômico iminente à produção local, previsto na legislação de incentivo fiscal, exemplo da Lei Estadual nº 1.473/2005.

E monitoramento. Monitoramento contínuo de estoques e seus impactos sobre o produtor. Combate efetivo a práticas de cartelização, auditoria permanente dos preços praticados, divulgação pública de médias regionais de preço. Hoje nós não temos. Hoje nós temos um único preço que é divulgado pelo Conseleite, que serve para o Estado todo. Nós sabemos que temos bacias leiteiras que produzem em volume diferente. Então, nós não podemos considerar o mesmo valor para todo o Estado. Nós precisamos regionalizar.

Ação legal, acionamento formal do Ministério Público e do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para investigar e punir denúncias de cartel, de tabelamento de preços e contratos de dívida abusivo.

Capital de giro e qualidade. A crise é, em grande parte, uma crise de descascamento financeiro. Então, o que nós buscamos aqui? Capital de giro para o produtor de leite. Então, com linhas de crédito específicas, condições favoráveis, com juros subsidiados, amortização vinculada, capacitação obrigatória em gestão financeira para os produtores e crédito para estrutura. Então, sem capital de giro não tem como o produtor se qualificar, se tecnificar.

Qualidade de laboratório estadual. É essencial que o laboratório de qualidade de leite passe a funcionar. O produtor que não sabe o que está produzindo, o que está entregando, não tem transparência no valor que ele vai receber. Então, o produtor precisa saber quais são as

características do leite que ele está entregando para, a partir de então, poder buscar uma remuneração, uma bonificação por qualidade do seu produto. Hoje, ele entrega o leite às escuras.

O pilar 2 está embasado no aporte técnico e eficiência dentro da porteira. Então, nós temos assistência técnica e gestão, a parte do aperfeiçoamento profissional. O produtor deixa de ser um tirador de leite e passa a ser um empresário, porque dentro da porteira, nós temos que tratar o nosso empreendimento como uma empresa, com gestão financeira e planejamento.

Ações de assistência técnica e extensão rural. A nossa proposta é que haja o fortalecimento da Emater, buscando romper a meta tradicional de 1 para 100; e reconhecer e expandir a atuação do Programa Consultec. E uma relação de um técnico para 30 produtores.

Expansão do programa de assistência técnica e gerencial do Senar, passando de 3 anos para 5 anos de assistência ao produtor, ou seja, uma assistência mais continuada. O que nós vemos muitas vezes é aquela assistência no período de dois anos, muitos produtores, após essa assistência, conseguem caminhar com as próprias pernas; mas outros, no entanto, não conseguem. Então, precisa se estender esse prazo de assistência técnica.

Disponibilização de recursos via projetos, com recursos da Sedec e do Proleite.

Capacitação em gestão com o apoio do Sebrae. Essa capacitação em gestão financeira e custos.

Melhoria de insumos e infraestrutura. Alimentação animal. Em estudo que a CNA publicou no ano passado, no campo futuro realizado aqui no Estado de Rondônia, nas praças mais

produtivas do Estado, foram gerados dados referentes às propriedades modais leiteiras, ou seja, as propriedades que mais se repetem dentro do Estado.

Em um sistema tradicional de produção animal, o esperado é que, dos custos efetivos totais, 70% da produção seja com alimentação e nutrição animal. E quando a gente vem para essas propriedades modais em Rondônia, o que a gente vê, muitas vezes, com nutrição, é zero, participação zero no custo. O que tem pesado mais no custo de produção desses sistemas, pasmem, é energia elétrica, gastos com combustíveis e taxas administrativas. Alguma coisa está errada.

Então, alimentação animal, o que a gente está pleiteando com esse plano de ação? Recursos para irrigação, recursos para suplementação estratégica, programa de silos e fábrica de ração. A gente acredita que, tendo o nosso insumo aqui dentro do Estado, a produção de ração vai baratear e nós já não vamos ter o efeito do transporte, das longas distâncias de transporte e custo de frete dessa alimentação.

Genética e sanidade. No ano passado, submetemos um projeto junto ao Proleite e a Emater, denominado Projeto Genético Urgente, para financiar a compra e distribuição de sêmen sexado e matrizes, com assistência técnica obrigatória. Então, temos que vincular assistência técnica à distribuição desse material genético.

Correção do solo e sustentabilidade. Política permanente de calcário e análise de solo. Criar um marco legal e permanente para a política de distribuição de calcário.

O outro pilar é o financiamento e a governança. Objetivo central é neutralizar os efeitos da Lei Complementar

1.283/2025, e garantir o uso imediato dos valores presentes no Fundo Proleite.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Me perdoe. Só atentar para a questão do tempo.

A SRA. CIMARA GONZAGA VITOR - Vou agilizar aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais alguns minutos.

A SRA. CIMARA GONZAGA VITOR - Então, o principal ponto aqui é a criação de um conselho tripartite para governar esse fundo, com transparência e controle social, garantindo publicidade imediata e controle social.

Crédito e execução de projetos. Essa crise exige liberação imediata de recursos para projetos que aumentam a produtividade e a infraestrutura.

Compras públicas e mercado institucional é o nosso quarto pilar. Trata-se do incentivo e da priorização da compra local, com priorização de compras públicas de leite e derivado, que tenha um percentual mínimo e margem de preferência aos produtores e cooperativas que estão produzindo no Estado. Expansão de programa de compra direta. Gestão e capacitação.

Os próximos pilares tratam da infraestrutura crítica e logística. Temos o componente social e sustentabilidade. Aqui vale destacar a questão da sucessão familiar, pois é impossível que um filho queira assumir uma propriedade que não é atrativa para ele, que não tem sustentabilidade.

Segurança jurídica e crédito, com a aceleração da regularização de terras.

O sétimo e oitavo pilar, eu acredito que são mais a longo prazo, são tecnologia e inovação e, abertura de mercado e promoção dos nossos produtos.

Deputado, já estou encerrando. Vou ler a conclusão técnica e a urgência econômica. O enfrentamento dessa crise deve focar no preço pago ao produtor, no prazo de pagamento, no poder contratual da indústria e na defesa do mercado interno.

Trouxemos aqui algumas ações que podem ser de forma imediata, a partir dos próximos 30 dias. Fico à disposição dos senhores, dos produtores. Deixarei o documento para que seja protocolado e entregue depois para o governador ou às entidades responsáveis.

Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala.

Convido para fazer uso da fala o Excelentíssimo Prefeito de Campo Novo de Rondônia, Alexandre Dias. Quero agradecer ao prefeito de Campo Novo de Rondônia, que está sempre preocupado lá com os produtores rurais.

Com a palavra, Prefeito Alexandre.

O SR. ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Presidente Deputado Alex Redano, parabenizando-o por esta iniciativa. Cumprimentar a Faperon, o Deputado Pedro Fernandes, a Deputada Cláudia, o Doutor

Doca. Cumprimentar o Secretário Luis Fernando e o Secretário Luiz Paulo.

Cumprimento todas as mulheres aqui presentes e a maior autoridade, que é o povo, ainda mais esse povo trabalhador que ajuda a fomentar o nosso Estado de Rondônia.

Deputado, eu não poderia deixar de dar a minha contribuição. Como Campo Novo de Rondônia fica em segundo ou terceiro lugar de produtividade do Vale do Jamari. Já tive um supermercado dentro do nosso Município de Campo Novo de Rondônia, e na época da previsão de pagamento do leite, nós tínhamos que fazer uma previsão de compra para esse supermercado.

Nós comprávamos em carga fechada, pois o movimento da cidade era ligado ao recebimento do cheque do leite. Tenho visto, no nosso município, esse enfraquecimento. Hoje não sou mais proprietário desse comércio, mas eu vejo que enfraqueceu muito. Hoje já não tem esse movimento do leite dentro do nosso município, embora somos o segundo ou terceiro maior produtor do Vale do Jamari.

Nós temos produtores, no nosso município, engajados e trabalhando ali duramente na plantação do milho para silagem. Eu mesmo plantei no ano passado três hectares e vou repetir agora esse ano. Mas eu tenho visto que os produtores, assim como eu, Deputado Pedro, têm feito por amor, porque se você for fazer a conta, você abandona e não monta mais no trator para plantar um hectare de milho.

Então, eu tenho que parabenizar todos os produtores que até então não desistiram, mas também fazer um apelo ao nosso governador, ao nosso governo federal, que nos deem um incentivo, que olhem com carinho. Nós precisamos dessa pegada junto com o produtor, para que eles não desistam e acabem complicando mais a situação.

Eu ouvi algumas falas de melhoramento de genética, é extremamente importante. Mas como os nossos produtores vão melhorar a genética se a conta não está fechando, se não tem incentivo? Então, eu espero, que muito em breve, isso seja revisto para que nós possamos melhorar a genética e melhorar cada dia mais.

Eu quero mencionar aqui também, Presidente Deputado Alex Redano, não faz parte da pauta, mas pode se tornar a próxima. O nosso Estado de Rondônia tem sido massacrado por leis ambientais que têm prejudicado muito o nosso Estado, muitos os nossos produtores. O senhor participou de algumas audiências de embargo, de crime ambiental. O senhor sabe exatamente o que eu estou falando.

Mas não só para abranger o leite, que é de extrema importância. A próxima pauta, o senhor também pode verificar, e eu sei que o senhor fará, que o senhor tem compromisso com o produtor, é o gado de corte também. Rondônia sempre foi massacrado. Hoje mesmo eu liguei em Barra do Garças, Mato Grosso, está R\$ 305,00 a arroba do boi lá. Enquanto nós aqui, liguei também em Cacoal, está R\$ 280,00. E o custo de produção que Mato Grosso tem, nós também temos. O capim que o gado come lá, também come aqui. O mineral que nós pagamos aqui, eles também pagam lá.

Então, tem que rever esses incentivos fiscais, dado a essas grandes empresas, e chamá-los na nossa frente, em uma Audiência Pública dessas, para ver o que pode ser feito para melhorar em prol do nosso produtor. E de gado de corte, eu também sou e tenho grande interesse nisso.

E eu vejo com bons olhos, e quero parabenizar aqui ao Luiz Paulo e ao Secretário Luís Fernando; parabenizar o Governador Coronel Marcos Rocha, que se os senhores estão

aqui é porque o governo também tem preocupação nesse tema, senão os senhores não estariam aqui.

Então, parabenizar a presença de vocês, tenho a certeza que os senhores também levarão essa demanda e olharão com bastante carinho em nome desses produtores. Mais uma vez, Presidente Deputado Alex Redano, meus parabéns. Que Deus abençoe o trabalho de vocês e que todos possamos ter êxito. Parabéns a todos que estão aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala, nosso Prefeito de Campo Novo de Rondônia Alexandre Dias.

Temos uma boa novidade nessa questão do gado. Uma redução de 4% no imposto para abate fora do Estado. De 12% para 4%. Chega que dia? Amanhã? Fazer um compromisso aqui. Se o projeto chegar amanhã até as 14 horas, às 15 horas a gente pauta e vamos aprovar. Obrigado, prefeito.

Quero agradecer a presença aqui do meu grande amigo Adeir Leiteiro. Cadê o Adeir? Adeir é um símbolo do leite aqui em Ariquemes, faz um ótimo trabalho. Presidente da Associação dos Produtores e Distribuidores de Leite de Ariquemes.

Quero convidar aqui a Senhora Janayna de Almeida Crepaldi, Supervisora de Campo, representante da Cadeia Produtiva do Leite. Concedo cinco minutos.

A SRA. JANAYNA DE ALMEIDA CREPALDI - Será que dá? Primeiramente, boa tarde. Quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui presente.

Vou pedir para a assessoria ali colocar para mim os slides rapidinho. Em nome do senhor, nosso Presidente Senhor

Hélio, também o nosso Superintendente, Senhor Emerson Lira, nosso Gerente da ATeG/Senar, Luís Maurício. Cumprimentar toda a Mesa, em nome da nossa produtora, Dona Luana, que está ali, cumprimentar as mulheres, é produtora de leite, assim como eu.

E, representando o Senar Rondônia, quero agradecer a participação também de outros supervisores que estão aqui comigo. Rapidinho, Júnior, vamos quebrar um protocolo aqui, fica de pé aí, Júnior e o Paulo, que são os supervisores técnicos aqui da cadeia produtiva do leite. E também alguns técnicos de campo que estão presentes aqui comigo hoje. Precisava de um passador aqui. Está aí? Pode colocar.

(Apresentação de slides no telão)

Números. Eu trouxe números porque é com eles, Excelência, é com esses números que nós vamos conseguir mostrar para a nossa Câmara Setorial que é possível a gente trabalhar juntos.

Atualmente, o Senar Rondônia, através da assistência técnica e gerencial, nós atendemos 858 produtores. Isso equivale a 18,25% da quantidade de produtores que é assistido através da Assistência Técnica e Gerencial do Senar. Aqui, rapidamente, eu trouxe um gráfico que demonstra quais são os municípios atendidos pelo Senar atualmente, começando ali por Colorado do Oeste, que dispara aqui na assistência técnica em números de produtores assistidos. O que vocês querem ver está mais adiante nos gráficos.

Desses 858 produtores assistidos, no mês de outubro, nós tivemos uma produção de 2.172.882,20 litros de leite. "Janayna, por que você trouxe esses dados?" Para dizer para

vocês, Excelência, que o Senar seja utilizado como base para a nossa Câmara Setorial do Leite, assim como acontece lá no Estado de Minas Gerais. Porque, se eu consigo mensurar, se eu tenho dados, é possível dizer com segurança que R\$ 1,50 não paga custo de produção. E se vocês observarem, 9,79% desses produtores entregaram 906 mil litros de leite.

A receita deles foi R\$ 2.069.857,12 milhões e a despesa acima de R\$ 2 milhões e meio. Não precisa ter uma graduação aqui, Excelência, para entender que a conta não fechou. Não precisa. E eu falo não só como supervisora do Senar, representando o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, mas falo também como produtora rural. Se o cenário não mudar, nós vamos perder, nos próximos 30 dias, de 10% até 20% de produtores da cadeia leiteira. E não é por que o produtor quer sair, não. É porque ele está sendo obrigado. Porque a R\$ 1,50 a conta não fecha.

Esses dados que eu estou mostrando aqui agora é o custo. É o custo por litro de leite mês. Gente, isso aqui são dados nossos lá do Senar, utilizado através do SISATeG, que é um sistema único, uma metodologia única do Senar a nível nacional, em que os dados são lançados em tempo real. Eu não estou falando aqui de 2021, 2022. Eu faço, Edmar, das palavras do senhor as minhas, porque essas dores que o senhor apresentou, eu tenho certeza que a nossa Mesa vai tomar uma providência e que esse cenário mude, mas mude agora. Está chegando o final do ano, está chegando festas natalinas, mas o produtor rural tem que estar no curral até no Natal. É ou, não é?

Então, eu quero aqui mostrar esse dado rapidamente, que o produtor, acima dos 200 litros, lá na assistência técnica, em janeiro, ele teve um custo de R\$ 2,69 para produzir. Custo total, que inclui, Excelência, a mão de obra do produtor, porque é ele que trabalha. Ele tem que tirar o salário dele.

Ou eu estou tirando o leite porque a vaca é bonita? Não. Eu estou tirando o leite porque eu tenho que sustentar a minha família.

Está no pequeno, está no médio e está no grande, que emprega diversas famílias e o seu Edmar está aqui. Eu quero uma salva de palmas para ele, porque ter essa quantidade de colaborador trabalhando não é fácil. E manter os colaboradores em dia, porque tem suas famílias para sustentar com preço de leite do jeito que está, não sustenta a produção dele, não.

Então, em outubro, ele teve lá um custo de R\$ 2,76, esse dado que eu estou apresentando aqui, se vocês olharem no rodapé, Consultoria de Monitoramento de Dados da ATeG. Nós temos duas consultoras que monitoram em tempo real esses dados lá no Senar hoje.

O valor pago no litro de leite em janeiro foi de R\$ 2,58, ou seja, nós já estávamos no vermelho que mês? Em janeiro. Lá em janeiro nós já estávamos no vermelho quando o litro de leite caiu, "os combinados". Eu não sei se é de conhecimento da nossa Mesa, Excelência, que há uns famosos "combinados". Não estou aqui, jamais, para criticar a indústria, mas estou aqui para buscarmos um equilíbrio: em que o produtor receba um preço justo, que pague a conta, e que a indústria mostre para nós exatamente, que o custo de produção dela fecha as suas contas, porque a nossa também precisa fechar como produtor.

Quando eu olho para outubro, R\$ 1,88, foi a média que esse produtor, acima de 200 litros. Gente, esses dados são de agora. Esses dados são de outubro. Isso aqui eu não estou inventando. Eu adorei quando vocês trouxeram aqui os papéis, não é, Edmar? Mostrando aqui: "Olha, o dado é MAPA, é CEPEA,

é Idaron.”. Isso aqui traz para nós respaldo sobre a segurança dos dados.

Então, quando eu pego o produtor acima de 500 litros, em outubro, ele recebeu R\$ 2,87. Não, o custo dele foi R\$ 2,87. Gente, um custo de R\$ 2,87, no Conseleite a R\$ 2,42, R\$ 2,45, fecha a conta? Não fecha. Então, meu objetivo hoje é mostrar para vocês...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode usar mais tempo, está que está mandando bem. Então, pode falar mais à vontade.

A SRA. JANAYNA DE ALMEIDA CREPALDI - Eu acho que, não desrespeitando hipótese nenhuma a nossa Mesa, eu acho que é válido a participação de todos que querem contribuir, mas isso aqui é um dado real. O que eu trago aqui para vocês, eu queria que a professora Doutora Vania estivesse conosco para ela acompanhar que tem como nós, instituições, trabalharmos juntos. Isso aqui é um dado de vocês.

Quem aqui já foi ou é assistido pela Assistência Técnica e Gerencial do Senar, levanta a mão para eu ver. Olha aí, Excelência. Nós temos grande parte dos produtores. E aí eu quero mostrar um dado, 70,50% no mês de outubro, da receita que o produtor rural recebeu, foi despesa. “Ah, Janayna, mas que despesa é essa?” Despesa com custo operacional, que é o que ele está gastando efetivamente para produzir: quirela de soja, núcleo, mineral – ou a sua vaca lá nunca deu mastite, não precisou comprar uma antibiótica esse mês –, entra no custo de produção.

Quando a gente soma tudo isso, eu ainda tenho que lembrar que aquilo que o produtor tem lá na propriedade dele,

que é a cerca elétrica, o curral, a sala de ordenha, ela deprecia. Não deprecia? Ou eu não posso calcular isso?

As instituições precisam unir forças. Nós não estamos aqui, Excelência, em hipótese nenhuma, para dizer quem é melhor do que ninguém. Não, nós estamos aqui para juntar as nossas forças e pagar um preço justo. O produtor deve receber um preço justo. Queremos ser parceiros dos laticínios, mas queremos colocar os pratos limpos. Porque quem não tem nada a esconder, as palmas da mão são abertas.

Então, só mostrar um dado mais à frente. O custo por litro. Todo mundo queria ver isso aqui hoje. Quanto ficou o custo do produtor até 200 litros? R\$ 2,11. Quanto ficou o custo, isso no mês de outubro, do produtor de 200 a 500 litros? R\$ 2,76. E quanto ficou o custo do grande produtor? Aqui no Senar, está bem? Esses dados são dos nossos produtores de outubro – divulgamos dados, mas não divulgamos nomes –, R\$ 2,87 por produtor acima de 500 litros.

“Ai, Janayna, você está querendo me dizer, então, que o produtor acima de 500 litros, 1.000 litros, 2.000 litros, têm que receber mais?” Claro, ele gasta muito mais. Só a paciência dele com o funcionário já tem que ganhar até um salário mínimo, só para ele tratar na psicóloga. Isso não é brincadeira, gente.

Um pouco mais à frente, eu quero trazer para vocês uma planilha de um produtor. Que pena que não vai dar para ver exatamente. No primeiro ano, olha, a linha azul é a produção dele no primeiro ano. Depois, com a assistência técnica, ele eleva a produção dele.

Olha que dó, não vai dar para ver, mas eu vou disponibilizar isso aqui. Esse produtor aqui, ele saiu de 361 mil litros no ano para 453 mil litros. Ele elevou a produção ou não elevou? Elevou. Mas o que anima esse produtor

a continuar na atividade? Quem é que vai trabalhar sem receber? Não vai.

Então, tudo o que foi abordado aqui hoje, o senhor Edmar trouxe com bastante clareza, a Cimara também abordou com bastante clareza os documentos, que é o que é palpável, não é? De que nós temos que agir, mas é agir rápido. Não é deixar para ano de 2026, não. Buscar interligar os nossos dados do SISATeG, que aparece desse jeito ali, olha. Aí é a nossa plataforma.

A plataforma do SISATeG mostra produção média diária, vacas em lactação, vaca em lactação sobre o total do rebanho. Porque a excelência é 80, 83, mas o senhor tem lá 50 vacas e quantas está no curral? É 15, não é? Então o Senar também trabalha a excelência de ter o maior número de rebanho lá no curral.

Margem líquida, margem unitária, custo total, nós temos tudo, redondinho. E o melhor, nós temos consultoria de dados que monitora em tempo real isso. Não tem o porquê nós não utilizarmos hoje, como uma fonte, uma das fontes, assim como o Estado de Minas Gerais já faz, para integrar a comissão, o Conseleite, a Câmara Setorial do Leite, também aqui no Estado de Rondônia.

Não queremos causar conflito, muito pelo contrário. Queremos adotar estratégias, unir forças, dados que sejam coerentes, atualizar nossas planilhas. A Cimara trouxe aqui as propriedades modais. Alguém já ouviu falar nisso? Ninguém.

O produtor rural está sendo tabelado o preço de leite e a gente não tem propriedades que sejam modais para dizer de fato que o leite pago a R\$ 1,50, paga a conta. Eu sou produtora de leite também. Não paga, não.

Para encerrar a minha fala. O balde não se enche sozinho. Juntos somos mais fortes que qualquer crise. O Senar está à disposição, nossa equipe técnica de campo está à disposição, o Senhor Hélio Dias está à disposição, juntos, para a gente fortalecer e buscar formular essa nova planilha para que a gente possa se basear, de fato, no custo do leite pago aqui para nós. Obrigada, pessoal.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Uma salva de palmas. Quero parabenizar pela fala, foi muito importante.

O Secretário tem um compromisso, então eu passo aqui para o nosso Secretário de Estado da Fazenda, Luís Fernando. Nos traga boas notícias, por favor.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar Deputado Alex Redano, em seu nome, todas as autoridades da Mesa; cumprimentar todos os produtores, todos que militam nessa área tão importante que é a pecuária leiteira no Estado de Rondônia. De fato, participar de uma Audiência dessas é bastante enriquecedor, apesar de cansativo, nessas três horas que estamos discutindo aqui.

Mas isso nos dá uma visão clara do quão importante é a gente entender a relevância dessa atividade para a população de Rondônia, para gerar riqueza, para gerar oportunidade para todo mundo em Rondônia. A Secretaria de Finanças, o Governo Marcos Rocha tem buscado reconhecer a relevância dessa cadeia na série de benefícios fiscais que existem para a cadeia produtiva do leite já há muito tempo, que foram reforçados nos últimos anos. A gente dá o diferimento na possibilidade, o produtor não paga tributo, quem paga é do

laticínio em diante, a gente tem a isenção para o leite produzido em Rondônia e comercializado dentro do Estado. Ele é isento.

Quando ele é vendido para fora do Estado, tem uma redução de 95%, no caso do UHT, da bebida láctea UHT, ou do concentrado, e para outros derivados a gente tem uma redução de 75%. Então, já existe uma série de benefícios que tentam incentivar essa cadeia, embora reconheçamos que não é o suficiente. A gente viu pela riqueza das apresentações feitas aqui que existe uma circunstância de mercado muito desfavorável, o preço vem caindo muito e isso é muito preocupante.

Mas eu gostei muito de diversas propostas aqui apresentadas. O Senhor Edmar, que abriu a série de propostas aqui com 12 itens, depois foi complementado pelos demais técnicos que apresentaram as propostas. Janayna trouxe números muito interessantes também.

Então, a gente vai trazer tudo isso para a nossa prancha de trabalho para a gente desenhar o que precisa ser mudado. Muita coisa dá para acolher. E algumas questões, por exemplo, fornecer dados para fortificar essa mesa de negociação que existe no Conseleite, com o Sindileite, com os produtores.

Os dados da Sefin estão disponíveis. São dados, de fato, bastante precisos, porque são baseados nas notas fiscais, então esses dados podem ser utilizados. A gente tem algumas limitações, Senhor Edmar, em relação a pegar o dado específico de uma empresa, das notas daquela empresa, e colocar, porque tem a Código Tributário Nacional, Lei 5.172, que estabelece lá o sigilo fiscal. Então, para pegar o dado de uma empresa e colocar aberto, eu tenho uma limitação legal.

Mas eu posso fazer isso agrupando os dados. Então, de forma agrupada por segmento, pegar dados de custo ou dados de vendas agrupados, a gente pode fornecer. Então, isso já deve ajudar a dar mais solidez ainda para essa negociação.

Foi dito aqui por alguns, e eu concordo plenamente, que não se trata de tabelar preço, de impor preço. Se trata de uma negociação justa, com dados claros, com transparência, e o Governo do Estado tem todo o interesse em que isso aconteça e vai dar todo o subsídio para que isso aconteça da melhor forma possível, para que a gente possa tratar de números confiáveis, de números que digam respeito ao que acontece no dia a dia, na realidade das negociações entre os laticínios e os produtores. Então, podem contar com a Sefin na disponibilização dessas informações dessa forma que eu mencionei.

Outro ponto que foi abordado aqui foi a questão da Lei 1.473/2005, uma lei que já tem 20 anos. O que é essa lei, para deixar claro para todo mundo? Vou tentar ser didático aqui, porque esses assuntos do tributário são sempre complicados.

Quando, lá em 1996, foi estabelecido que tem uma alíquota de ICMS entre Estados, que pode ser de 12%, de 7%, dependendo da origem, e tem uma alíquota de ICMS na importação de qualquer produto para o Brasil, 4%. Então, todo produto importado para o Brasil paga de ICMS 4%. Esses 4% podem ser atribuídos para qualquer Estado, porque como esse bem não foi produzido no país, vem de fora, então a lei estabeleceu que o importador pode escolher um Estado e dizer: "Vou pagar esses 4% para esse Estado."

E a lei também permite que Estados estabeleçam incentivo fiscal para ser o escolhido para esses 4% entrarem pelo seu Estado. Lá em 2005, ainda no Governo Cassol, Rondônia

estabeleceu um benefício que reduz esses 4% para 0,6%. A gente chama de crédito presumido, uma redução de 85% e esses 4% viram 0,6% para quem importar por Rondônia.

Essa importação é só da nota fiscal, é só a nota ser emitida para Rondônia. O produto não entra por Rondônia. É uma operação fictícia, é só escritural, é só contábil. Então, isso passa por Rondônia só no papel. E esse importador paga 0,6%. Então, Rondônia, como tem um dos benefícios mais benéficos do país, recebe muita importação que só passa por aqui.

Mais recentemente, já no Governo Marcos Rocha, a gente estabeleceu que, desses 0,6%, a gente acrescentaria mais 0,2%. Então, ele virou 0,8%. E esse 0,2% vai para o FIDER, o Fundo de Desenvolvimento do Estado.

Essa importação arrecada cerca de, acho que o número é R\$ 170 milhões por ano. E os produtos lácteos respondem por cerca de R\$ 7 milhões, R\$ 8 milhões por ano.

E, se Rondônia deixa de importar, "vou proibir que se importe por Rondônia produtos lácteos", como o Deputado Federal Lucio Mosquini propôs aqui. O que vai acontecer? Esse benefício existe, com pequenas variações. Existem no Espírito Santo, na Bahia, em Tocantins, em Santa Catarina. Santa Catarina disse que o dele, ele proibiu. Beleza, a gente pode proibir. Aí a gente deixa de arrecadar R\$ 7 milhões. Pode ser. Se isso for combinado com todos os Estados, pode até ser interessante.

Mais eficaz seria, o que o Deputado Federal Lucio Mosquini diz que já está articulando, que é utilizar uma barreira tarifária, usar imposto de importação para inibir a entrada desse produto. Isso é muito mais eficaz, até porque o imposto de importação é muito maior do que o ICMS, ele pode ser de 60%. Então, isso seria mais eficaz. Mas se a

gente entender, se os deputados nos propuserem, a gente entender que deve fazer essa proibição, o Estado pode avaliar, eu vou abrir mão desse valor, porque isso permitiria inibir essa importação, de certa forma.

Eu acho, pessoalmente, que o efeito disso é muito pequeno, porque ele vai procurar outro Estado.

Agora, uma coisa que me ocorre e que a gente pode discutir, deputados, é usar esses 0,2% dos produtos lácteos, esses R\$ 7 milhões, para alguma medida de incentivo, de subsídio, de financiamento, que inclusive é uma das propostas aqui, de ter um programa para isso.

Então, utilizar esse recurso para subsidiar, talvez seja mais interessante do que simplesmente abrir mão dele, porque não vai resolver o problema e vai para outro Estado.

Então, talvez não seja interessante. Enfim, são possibilidades que a gente pode estudar e pode dar uma resposta.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Secretário, posso interromper o seu raciocínio e fazer um pensamento?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Fique à vontade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vou fazer uma pergunta, ocorreu aqui um pensamento, por exemplo. Na última reunião que tivemos, os dois Edmar aqui que falaram brilhantemente, a gente falou, de repente, a possibilidade de todos os produtores se unirem e abrir um laticínio. Eles comprarem a própria produção.

Duas situações. O antigo Tradição parece que tem vários equipamentos ainda que pode ter uso e parece que tem uma dívida muito grande com o Estado. É possível repassar esses equipamentos para esse futuro laticínio, cooperativa?

Outra situação. Quais os benefícios fiscais que os laticínios têm hoje em Rondônia, e se é possível essa futura cooperativa ter uma diminuição ou zerar os impostos estaduais e ICMS, para que ela se torne altamente competitiva.

Então, são algumas ideias que estão surgindo e deixo aqui para reflexão.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Perfeito. Quanto à segunda hipótese, hoje já é isento a produção dentro do Estado. Hoje tem o leite, o UHT, o concentrado tem isenção dentro do Estado. Então, não dá para ir além da isenção em termos de alíquota. Não dá para zerar o que já está zerado.

Mas, existe, de repente, pode-se pensar em outros tipos de benefícios ou limitar, reduzir ao invés de isenção para os demais, pode-se estabelecer uma alíquota para isso ou dar isenção. Enfim, é possível a gente pensar em instrumentos para incentivar esse modelo.

Com relação aos equipamentos do laticínio Tradição, está na dívida ativa e existe um processo de cobrança judicial, uma execução judicial em andamento. O devedor pode fazer uma dação em pagamento. A Procuradoria-Geral do Estado pode avaliar a possibilidade de receber esse bem para utilizar, leiloar, ou fazer uma cessão ou comodato. Isso são possibilidades, sim, que existem. Claro que, tem que envolver o contribuinte, o devedor original, mas eu acho que é bem possível a gente avançar nessa direção.

Existem benefícios, por exemplo, que já contemplam a agroindústria familiar, viu, deputado? A agroindústria familiar, para todos os seus produtos, tem a isenção. Ela não só tem a isenção, ela não paga ICMS – os produtos da agricultura e da agroindústria familiar, quando escriturando no PROV (Programa de Verticalização da Agroindústria), estabelecido pela Seagri –, não só tem a isenção do ICMS, mas gera crédito para o comprador. Isso é importante, porque, se o supermercado não tiver esse crédito, fica desinteressante para ele, porque o crédito que ele tem ajuda a reduzir o ICMS que ele paga.

Esse programa para a agroindústria familiar, é até mais benevolente do que o do próprio laticínio, pois gera crédito para o comprador. Essas são as possibilidades que a legislação já estabelece.

Talvez o que falte – como eu conversava mais cedo com a Deputada Cláudia – é talvez a gente incentivar mais a própria aquisição de equipamentos, para estimular ainda mais essa agroindústria familiar, que é aquela que possui uma renda bruta de até R\$ 500 mil por ano. Tudo isso é possível robustecer e fortalecer nos programas já existentes para caminhar mais nessa direção.

Com relação à Lei 1.473, o incentivo para à importação, a gente pode tanto pensar nessa restrição da importação quanto no uso desses recursos para a finalidade de incentivar, talvez, a cooperativa de produtores e a engrenagem familiar.

Essas são possibilidades importantes. A partir das ideias que surgiram aqui, a gente vai iniciar os estudos, estaremos recebendo as proposições desta Audiência Pública, e certamente, vamos dar uma resposta no menor prazo possível, para viabilizar medidas que incentivem a cadeia produtiva do

leite. Estamos abertos a quaisquer outras sugestões que venham nesse sentido.

Foram feitas algumas colocações aqui que nem sempre eu concordo com elas, mas acho que o que importa é isso: criar mecanismos para que o produtor consiga produzir com menor custo, consiga negociar melhor com o laticínio, consiga ter incentivo creditícios, inclusive crédito, para melhorar a sua produção e, quem sabe, processar o próprio produto. Eu acho que esse é um caminho bastante interessante.

A gente fica à disposição e agradeço ao Deputado Alex Redano pela oportunidade de participar. De fato, eu preciso me ausentar agora para voltar a Porto Velho, mas fico à disposição para os próximos desdobramentos desta Audiência.

Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero agradecer ao Secretário que tinha compromisso em Porto Velho, tem ainda, não é? Mas fez questão de vir.

Antes, só uma pergunta ao senhor, a Apron mandou escrito aqui, mas eu acho que você já até comentou: qual seria o entendimento do Estado para a suspensão de importação do leite em pó em Rondônia pelo prazo de 180 dias?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Temos, claro, que levar essa proposição para o Governador Marcos Rocha. Contudo, não me parece que seja algo que iria desequilibrar o Estado. É uma receita que a gente pode abrir mão, entendendo que esse é o melhor caminho para inibir a entrada de importados no Brasil.

Lembrando que esse leite não vem para Rondônia. Mas, se isso contribuir para uma redução, no país, da entrada dos importados, ok. Seria muito melhor se essa medida fosse feita em conjunto com o governo federal no uso do imposto de importação, para criar uma barreira tarifária. Mas, ok. A gente pode levar essa proposição com o indicativo de que foi uma indicação desta Audiência, e isso vai ser considerado com bastante atenção e com bastante carinho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Secretário. Já adianto que será um dos encaminhamentos para a Vossa Excelência e para o Governador do Estado. A extinção ou, no mínimo, a suspensão por 180 dias daria um fôlego a todos nós. Muito obrigado, Secretário.

Próximo inscrito, quero convidar aqui o Senhor Edmar Abrantes. Edmar Abrantes, maior produtor de leite do Estado de Rondônia. Esse tem que ser aplaudido, um herói por aguentar essa crise. Com uma palavra.

O SR. EDMAR ABRANTES SOARES - Presidente, em seu nome eu quero cumprimentar a Mesa e todos aqui presentes. Em nome da minha esposa, Luana, cumprimento a todos que estão aqui prestigiando este momento tão importante para a cadeia de leite do Estado Rondônia.

Eu estou com um slide para apresentar, mas foram aqui anunciados pela nossa colega aqui, Janayna, com toda a propriedade. Eu assino em baixo, nossos custos estão dentro do padrão que você apresentou. Então, acho que não gasta muito tempo para poder falar do que já foi falado aqui, Presidente. E nesse meio tempo, como eu abortei o meu slide,

eu criei aqui alguns temas do que já foram falados, a gente discutia aqui e até mesmo propôs a vocês.

A produção aumentou em 6% de leite dentro do Estado. Foi comunicado aqui que houve redução de matrizes e ao mesmo tempo que houve redução de matrizes, aumentou o leite porque nós tecnificamos as propriedades. Vocês produtores, assim como nós, melhoramos genética, melhoramos estrutura, nutrição e isso trouxe o equivalente 6% de leite a mais, assim foi relatado para nós nesses dias.

Então, o nosso leite aumentou e ao mesmo tempo o nosso custo de produção e não tivemos indústria para absorver esse leite que aumentou dentro do Estado. Então, isso é um ponto.

Estivemos investimento para que nós possamos aumentar o nosso leite. Nós investimos em estrutura. Todos os produtores aqui tiveram aumento de estrutura, tiveram aumento de investimento. E o meu xará, dentro dos itens que ele colocou para essa comissão, muito bem organizada, ele pede estado de calamidade pública do leite.

Então, isso é muito interessante. Eu queria que todos os produtores que puderem levantar do seu lugar, para a gente fazer esse pedido ao nosso Presidente seria de grande valia.

Presidente, nossos produtores endividados do jeito que estão, e eu me coloco nessa situação, um dos maiores endividados do Estado, porque eu sou um dos maiores produtores, investimos para poder encher o leite no laticínio e não ser remunerado hoje, e hoje nos restam dívidas. E quando você vai ao banco procurar uma renegociação, o banco não tem o juro que é do contrato, ele coloca um juro comercial, que eu também não tiro razão.

Então, a nossa situação não é grave, ela é gravíssima. E aproveitando essa oportunidade que vocês, assim como

Deputado Pedro e os outros demais que estiveram aqui, para nos representar, e nos representa muito bem, nós, como os produtores de pé, pedimos que vocês reiterem esse pedido urgente para que haja, realmente, estado de calamidade pública no setor leiteiro. Porque foi dito pelo pessoal do Conseleite que dias melhores virão. Mas nós, produtores não vamos poder passar por esse dia, porque as nossas atividades vão ser encerradas em breve.

Então, isso seria, em meu nome e em nome de todos que aqui estão, esse pedido e esse reforço para endorsar, xará, aquele pedido que você fez de calamidade pública. E, com isso, nós vamos poder respirar e, quem sabe, daqui a um ano, poderemos estar aqui colhendo aquilo que foi plantado dentro dessa Audiência Pública. Um abraço, meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, e pode contar com o nosso total apoio. Quero convidar nesse momento o Senhor Manoel, produtor de leite e membro da Apron.

O SR. MANOEL JANGRIQUELI - Boa tarde a todos. Eu não tenho muito costume de falar como os técnicos, não temos estudos. Muitas vezes, falando, Presidente Alex Redano, em seu nome, cumprimentar toda a Mesa; em nome da Deputada Cláudia, cumprimentar todas as mulheres aqui, em nome da minha esposa Luzia, que sofre, como todas as mulheres do campo que aqui estão, cumprimentar todos os produtores de leite do Estado de Rondônia.

Muitas vezes, quando eu pego um microfone como esse, eu me emociono. Por quê? Uma atividade tão prazerosa para nós, produtores de leite. Eu falo prazerosa porque só está na atividade o homem que tem paixão de produzir leite. Porque

em rentabilidade financeira, infelizmente, não temos esse prazer. Falamos aqui, na voz do Edmar, de calamidade pública no setor leiteiro.

Eu estive participando da Comissão da Agricultura, na Assembleia Legislativa, na qual a Deputada Cláudia, Presidente, Deputado Pedro Fernandes participou, e eu disse que a atividade leiteira, os produtores de leite do Estado de Rondônia, está na UTI. Está na UTI. Precisando sabe de quê? Ar, ar, qual é esse ar? Rentabilidade financeira, *money*, a "baba", que funciona a nossa propriedade. Me desculpem vocês, como autoridades políticas que aqui estão.

Vocês, quando chega o final do mês, o salário de vocês, vocês já sabem quanto vão receber, vocês têm as suas programações. Nós estamos na nossa propriedade, vamos receber esse mês. Algum de vocês sabe quanto vai vir o pagamento na sua conta? Se tiver algum aí, levanta a mão. E quantos não sabem? Fala, levanta a mão, quem não sabe? Ninguém sabe.

Foi falado aqui sobre o litro de leite, ninguém sabe, mas para comprar uma Coca-Cola, como diz aí, fazendo propaganda dos outros, infelizmente, não é? Todo mundo sabe.

Então, eu queria aqui agradecer vocês por essa oportunidade. Mas pedir para vocês que ajam, não em médio e longo prazo, mas em curto e urgente prazo. Muitas proposições foram colocadas aqui, muitas. Muitos dados técnicos os quais nós aplaudimos de pé, todos que aqui trouxeram. Mas muitas vezes, vocês que elaboram as leis não têm conhecimento técnico do que nós passamos na propriedade.

Nós temos falado com assessorias de vários deputados, não vou citar nome, mas vários deputados também têm nos procurado para procurar qual é o problema. E temos passado,

a Deputada Cláudia de Jesus sabe disso, o Deputado Pedro Fernandes sabe disso, dos dados concretos do que nós vivemos.

E muitas vezes aprovam leis, que nem já foi aprovada no dia 11 de novembro, a qual deu autonomia ao Governador do Estado a usar o recurso do Proleite para pagar salários. Não sou contra os funcionários, jamais, mas que o governo arrume outra forma de pagar os salários dos seus funcionários e até mesmo precatórios.

Eu sei que muitas vezes vocês assinaram e aprovaram essa lei, talvez com falta de conhecimento, achando que poderia beneficiar em alguma coisa. Mas, infelizmente, é um recurso que hoje poderiam usar para subsidiar alguma coisa nesse momento de crise. Ali existiam R\$40 milhões, os quais seriam investidos diretamente ao produtor. Mas o Governador do Estado, infelizmente, usou esse recurso para pagar salários e precatórios.

Nós, numa reunião hoje com o Presidente da Emater, ele disse que assumiu a pasta há poucos dias. Mas uma pessoa, quando casa com a viúva, ele assume os filhos, não importa qual seja. Então ele tem que dar um parecer. Mas muitas vezes, não quero aqui criticar, mas muitas vezes nós somos críticos. Eu até, muitas vezes, as pessoas veem vídeo meu porque eu dou a cara a tapa. Eu faço vídeo, mostro, eu falo, porque não tem nada que coloca o pão na minha mesa a não ser o recurso do leite. O leite que eu levanto três horas, quatro horas da manhã para tirar.

Eu queria aqui até falar com o André, que veio representando as indústrias. Você é um produtor de leite, eu lhe conheço há vários anos. Você tem passado o mesmo que esses produtores que aqui estão. Eu sei que você conhece o outro lado, porque você representa as indústrias. E você

sabe também que tem pequenas indústrias que estão morrendo pelo cartel que aí está.

Cartel, quando eu falo assim, muitas vezes as pessoas falam: "Esse homem é louco.". Porque cartel é crime. E porque o Estado não vê isso? Cartel, que eu digo, porque o produtor, mesmo sendo massacrado como está, ele não pode sair da indústria que ele está entregando leite, talvez a R\$ 1,55, para dar até de graça para outra, porque a outra não pega. E tem indústria pequena que está com a sua planta empenhorada em banco porque não está tendo condições de pagar os financiamentos.

As indústrias grandes não perdem nada do leite, nem a água, pois usa a água do leite muitas vezes para lavar a calçada. O governador é o sócio majoritário dessa classe que está, sócio majoritário, porque recebe imposto em tudo. Imposto da energia que o produtor usa, imposto do frete do caminhão que pega o leite lá na sua propriedade. Imposto do salário que é pago do funcionário da empresa. Imposto do produto que é vendido para o atacado. Imposto do produto que é vendido no varejo. Tudo o governo recebe. E o que dá em troca? O que o governo está dando em troca para essa classe que aqui está pedindo socorro?

Então, fica aqui o meu desabafo. Deputada Cláudia de Jesus, Deputado Alex Redano, Deputado Pedro Fernandes e ao Secretário de Agricultura do Estado, que nós já conversamos várias vezes de madrugada sobre os problemas. Você sabe disso. Em 2023, foi colocado, Secretário, na Seagri, um projeto de agroindústrias. Projeto esse que era para usar o recurso do Proleite. Infelizmente, ninguém deu atenção. Agora, com essa crise que está sendo falada e as pessoas estão começando a entender.

Então, precisa realmente pessoas comprometidas com o setor. E fica aqui mais um reforço: calamidade pública aos produtores de leite do Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela ótima fala.

Convido Celso Ricardo, proprietário da CR Gestão Consultoria do Rio Grande do Sul, on-line. Ah, já falou. Falou? Não lembro, não.

Convido Thonatan Libardi, da Câmara Municipal de Monte Negro. Tem mais inscritos, por favor? Não foi? É tanto papelzinho aqui, gente. Eu não esqueci ninguém não.

Márcio, Professor Márcio, Presidente da CISC. Gente, tem alguém que foi inscrito e que não foi chamado? Todo mundo. Vamos ouvir a Mesa agora. Próximo, depois do professor Márcio, vamos ouvir os demais da Mesa.

O SR. MÁRCIO NORBERTO DE COSTA - Boa tarde a todos vocês. Em nome das autoridades, como foi dito aqui, Deputada Cláudia de Jesus, eu cumprimento os componentes da Mesa. Em seu nome, como única mulher, precisa de mulher para abrilhantar a vida.

Eu quero concordar com um monte de coisas que foram ditas aqui, Presidente Deputado Alex, porém tem coisas que a gente não consegue entender. Eu não sou produtor de leite, como disse o Deputado Delegado Camargo, que também não é, porém, eu sou consumidor.

CISC é o Comitê para Inclusão Social e Cidadania. Nós, como consumidores, aqui o senhor, como é o seu nome mesmo? O senhor Manuel disse com muita propriedade, eu assino

embaixo de quase tudo que foi dito aqui. E tem coisas, Deputado Alex, que a gente não veio aqui para rezar. Para rezar, a gente vai para a igreja, não é? Praticar um mantra, alguma coisa. A gente veio aqui porque a gente está chateado com alguma coisa. Os produtores estão chateados.

Nós, do Comitê para a Inclusão Social e Cidadania, também defendemos a nossa categoria de consumidor. O senhor disse que o Estado arrecada do produtor, da matéria-prima, da indústria, mas quem paga tudo isso somos nós, os consumidores, que compramos esses produtos. O produto final é pago por nós, um percentual muito grande que o Estado leva.

Agora, Deputado Alex, Deputada Cláudia – o Deputado Alex está ocupado, ele não vai me ouvir bem –, leve minha nota de repúdio de coração, “ah, a pessoa tinha compromisso”, não viesse aqui, porque eu gostaria de fazer perguntas para aquele cidadão que saiu aqui, que antecedeu o senhor, me parece. Sabe, Deputado Pedro, leva a minha nota de repúdio para todas as autoridades que estiveram compondo esse dispositivo de autoridades e que falaram o que quiseram e da forma que pensam e não fiquem aqui para ouvir a sociedade, correto?

Tem coisas, eu quero parabenizar, mas eu quero deixar um conselho aqui, eu quero deixar um pedido para vocês. Eu quero parabenizar o Deputado Alex por ter, primeiro, ter tido o entendimento junto com a Deputada Cláudia, os dois estão propondo essa audiência, para que ouvisse a sociedade primeiro. Parabéns.

Autoridade fala em qualquer hora, em qualquer momento, o povo é agora. É um local para Audiência Pública. Eu quero deixar um pedido para vocês, não é que eu quero substituir os parlamentares, não, tá Deputado Pedro, não é por isso, não. Eu sei que vai haver renovação no Parlamento estadual.

Eu ouvi algo aqui que me chateia muito, Doca, muito. O Doca é advogado, "ah nós temos que fazer com que o filho do agricultor" não, filho do agricultor tem que sonhar em ser médico, em ser advogado, em ser dentista, em ser professor, não tem só que pensar em ser agricultor, não. Agricultor é uma profissão nobre.

Trago aqui presente o Cio da Terra e o Rangel, que canta muito bem "Obrigado ao Homem do Campo", isso é ótimo, mas nós temos que pensar que os filhos dos nossos filhos precisam sim estar no campo, mas estar no campo com formação, e não tem que pensar só em ser agricultor. Não é que agricultor não é a melhor ou a pior profissão, mas nós temos que fazer com que o sonho chegue para todos. E nós trazemos aqui uma preocupação como consumidor. Como consumidor.

A gente está na ponta da periferia, eu moro em um bairro de periferia, quando vi o Deputado Alex falando da situação em Campo Novo de Rondônia, que ele esteve lá, eu acompanhei de perto, há uma demanda assim, há um pedido, olha, nós estamos sofrendo. Meu cunhado é produtor de leite em Buritis, eu sei o que ele passa, eu vivo na pele a vida dele e vivo na pele a vida do consumidor também, do consumidor final.

Eu agradeço e digo a vocês, incentive os filhos de vocês a serem candidatos também. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala, Professor Márcio.

Quero agradecer ao Ezequiel da Paulista, meu grande amigo Ezequiel, tem um grande trabalho no município, assessor do Deputado Eyder Brasil, representando o Deputado Eyder Brasil aqui. O Deputado Ezequiel está aí, gente? Deu uma saidinha.

Quero chamar aqui, pedido da nossa querida Deputada Cláudia, Cidão de Machadinho D'Oeste, com a palavra, Cidão.

Gente, passar aqui só um recado, recebi a mensagem que o Grupo Girolando, acham mais interessante usar esse recurso de R\$ 6 milhões, R\$ 7 milhões para incentivar as cooperativas do que simplesmente só ter a suspensão. É que outro Estado vai pegar.

É sobre isso que o Luís Fernando tinha razão. Fazer uma cooperativa forte aí.

Com a palavra, nobre amigo, o Cidão, com a palavra, por favor, fique à vontade.

O SR. APAREECIDO FELIZ DA SILVA - Em primeiro lugar, agradecer a Deus por essa oportunidade de estar aqui. Em nome da Deputada Cláudia de Jesus e também do Presidente Alex Redano, cumprimentar a Mesa. Parabenizá-los por essa atitude, trazer essa Audiência Pública para que seja discutido a questão do preço do leite.

Eu quero dizer que, como professor Márcio, eu concordo com muitas falas ditas aqui. Muitas. Não todas, mas com muitas falas. Agora, uma coisa que a gente precisa aprender. Aqui se fala muito. Eu já participei de várias audiências públicas onde os políticos falam, a sociedade fala, mas chega na hora de amarrar, a gente depende de uma coisa chamada voto. Porque daí é tirada essa comissão para fazer esse trabalho.

A gente precisa entender que entre a fala aqui e a conclusão, e chegar lá no produtor, a diferença e a distância é muito longe. E tudo se faz através de política. Tem gente que diz "eu não gosto de política". E ele faz muito errado, porque aqueles que gostam, gostam de fazer malandragem, vai

se aproveitar desse espaço para tirar o couro na corrida às costas da gente.

E aí a gente vê poucos deputados, e eu estou falando poucos deputados no Estado de Rondônia, a nível federal, que olham para a agricultura. Nós temos 503 deputados federais, quantos estão lá que defendem a agricultura? Nós temos 24 deputados na Assembleia Legislativa, e veja quantos têm lá que defendem a agricultura. A gente precisa aprender a votar.

Nesse momento, aqui todo mundo falou, é hora de todos darmos as mãos, independente, de partido político, independente de religião, independente da classe social, porque é o bem comum. É o leite que vai para os meus filhos e para os meus netos, é o leite que movimenta o mercado de Rondônia. Rondônia é um Estado rico com a população empobrecida, porque nós vemos lá, a maioria do Estado de Rondônia não tem estrada. As estradas começam a ficar ruins agora na época da chuva.

Mas aí, em vez de dar as mãos os produtores, os políticos do Estado de Rondônia, os políticos federais, a Assembleia Legislativa aprovou um repúdio ao governo federal. Há vida em Rondônia. Isso não pode.

É hora de a gente estar junto, de mãos dadas, brigar por um país melhor, por um estado melhor. Você já imaginou se a prefeita aqui tivesse proibido a Assembleia de fazer essa audiência aqui, quem seria prejudicado seria o povo nosso de Rondônia. Machadinho é o primeiro município, em termos de produção de leite do Vale do Jamari. E o segundo do Estado de Rondônia, se eu não estiver enganado. Mas aí a gente precisa dar as mãos. Não é só olhar para Machadinho ou só olhar para Ariquemes. Bom, a gente vai olhar para o nosso Estado.

É preciso que o Governo de Estado, junto com a Assembleia Legislativa, e aqui eu quero parabenizar mais uma vez o presidente e também a Deputada Cláudia, por ter deixado todos nós falar. Porque se a gente não fala primeiro, muita gente já tinha ido embora. Quem vai ficar com a responsabilidade é o governo de Estado através do secretário e os deputados que aqui estão, de discutir isso.

Mas, assim, de qualquer forma, parabéns a vocês e pedir que nós não ficamos só nessa Audiência Pública, não. Aqui todo mundo tem "zap" de um deputado ou de outro. Cobre para que, de fato, as coisas aconteçam.

Obrigado, parabéns e que Deus abençoe a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras.

Gostaria de passar aqui a palavra... O senhor Manuel já falou, não? Então, convido agora para a palavra o senhor Manuel Carlos Dantas, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agriculturas Familiares do Estado de Rondônia, Fetagro. E também Presidente do Conseleite.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS - Boa tarde. Eu, sinceramente, fico contente com a ação. E fico descontente, senhores deputados, senhora Deputada Cláudia, com o comportamento de alguns políticos. Porque a gente define que o povo vai falar e depois, eles falam aí, ele pede para quebrar o protocolo, fala e vai embora.

Parabéns Deputados Pedro, Cláudia e Redano, deputados guerreiros, que estão assumindo esse compromisso, mas quero

deixar aqui com o nome da Fetagro o repúdio aos demais. Não adianta falar bonito, não ouvir o trabalhador, não ver quem está com o calo na mão, quem está fazendo a vaca dar o leite na marra. Quero dizer aqui que algumas coisas que eu ia falar, a Janayna trouxe com precisão. E eu tenho feito isso inclusive no Conseleite. A cadeia produtiva do leite morreu. Nós estamos segurando para não enterrar. Nós estamos fazendo isso. E hoje nós estamos aqui dialogando e tentando botar remedinho para ver se ainda consegue respirar na UTI.

Mas quero dizer aqui que a Fetagro, a sua sede é em Ji-Paraná, mas é uma Federação Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar do Estado de Rondônia. E, nesse momento, nós, enquanto Fetagro e Faperon, nós temos feito uma parceria muito boa no sentido de construir proposituras. A gente tem feito o máximo para não brigar internamente entre nós. A gente já brigou muito também, até mesmo porque tem hora que tem umas ideias que não batem bem. Mas a gente está fazendo tudo para construir unidade, inclusive dentro do Conseleite.

Atualmente, eu sou o Presidente do Conseleite. E tenho apanhado, tanto eu como o Hélio, porque nós estamos lá no Conseleite. Aí o produtor acha que o Conseleite é culpado pelo preço do leite. Não, é mercado.

Quando o preço do leite estava, o Conseleite estava fazendo valor de referência de R\$ 2,30, R\$ 2,40, os latos pagaram até R\$ 3,20, R\$ 3,30, porque eles estavam precisando de leite. O mercado estava em escassez.

Agora, o Conseleite baixou, o valor de referência médio está R\$ 1,70, mas provavelmente, senhor Manuel, eles vão pagar R\$ 1,30. É o preço do Conseleite que é culpado? Não, é mercado mesmo e a prática dos laticínios.

E nós somos muito desunidos enquanto produtores. Quando se trata dessa questão de organizar nossa cadeia produtiva, no sentido de que vamos vender juntos, vamos criar nossa cooperativa, nossa associação, vamos fazer a organização nossa para garantir força - vários falaram isso aqui: nós unidos somos mais fortes. Mas nós somos desunidos, gente.

Nós estamos fazendo o máximo agora no Conseleite para unir as forças. Eu tenho feito essa intermediação porque tem hora que os companheiros lá querem brigar e querem matar a professora. Não é a professora, ela pega dados, ela pega informações fiscais da Sefin, dos laticínios. Agora, se tem que investigar os dados, aí é outra história, viu, Deputado Pedro? Se os dados que os laticínios estão passando não são verdadeiros, aí sim, viu, Janayna? Por quê?

Se o Conseleite está com o valor de referência baixo porque os dados não chegaram, não são verdadeiros, aí é fiscalização, aí é CPI. Mas aí é CPI, alguém falou que é CPI no Conseleite. Não é CPI no Conseleite, CPI nos dados fornecidos ao Conseleite. O Conseleite simplesmente faz um trabalho voluntário, nós enquanto conselheiros, e vocês viram que nós temos seis meses sem os professores receberem.

E eles continuam fazendo. Não pode culpar aqui e jogar a bacia com a água e a criança fora. É preciso a gente olhar um pouco, Deputada Cláudia, o papel do Conseleite é balizar valor de referência, valor negocial é cada produtor na sua forma de organização. Só para deixar claro isso para vocês.

Mas quero dizer aqui que nós temos indignação lá no Conseleite muito com o uso dos recursos do Fundo. Acabar com o Fundo Proleite e depois de pegar, não foi 17 não, foi R\$ 40 milhões e jogar para a Emater pagar salário, pagar despesa, pagar... Quer dizer, é desconsiderar qualquer que seja o produtor. Foi dito aqui que a Faperon apresentou um

projeto em 2023, não é? A Fetagro apresentou um em 2019. E está lá na minha gaveta hoje, eu sou Presidente da Fetagro, está lá na minha gaveta. Não foi nem analisado o projeto, viu, Luiz Paulo?

Então, quer dizer, por que tinha R\$ 40 milhões lá no caixa? Porque não se analisavam os projetos que chegavam, nem da Faperon, nem da Fetagro, nem de ninguém. Aí depois passavam a mão no dinheiro e agora vão pagar salário. Aí é muito fácil. E por que os laticínios hoje dizem, "olha, nós queremos que continue com o programa de incentivo", porque eles estão pagando uma merreca. Eles não pagam os 19,5%, eles estão pagando lá uma merrequinha.

E eles pagam 0,7% para o Conseleite. Eles pagam 4%, vocês vendem para fora, e pagam 0,7%. Quer dizer, para eles é cômodo continuar o programa. Só que esse dinheiro vai para onde agora?

Nós estamos querendo, pedimos a Deputada Cláudia de Jesus, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Alex Redano, pedimos para fazer um Requerimento, pedindo ao Governador para fazer alguma coisa nesse sentido, para que o recurso do Proleite, o recurso que os laticínios estão depositando lá, não sei de que Fundo, porque acabou com a lei do Fundo, vá para a cadeia produtiva.

Nós não podemos aceitar, nós já aceitamos pegar os R\$ 40 milhões, não é, Manoel? Não é que nós aceitamos, é porque tomaram da mão grande.

É um recurso da cadeia produtiva. Nós precisamos resgatar. E aqui, Luiz Paulo, Secretário, nós vamos brigar para que o governo recupere isso para a cadeia. Nós vamos brigar. Espero que os nossos deputados aqui da Comissão da Agricultura, juntamente com o Presidente, nos ajudem nesse sentido, porque nós, enquanto Fetagro, enquanto Faperon,

vamos brigar para retomar esse recurso, porque ele tem que chegar lá no curral do produtor. Ele tem que chegar na propriedade.

Não adianta eu fazer um discurso bonito e ir embora e dizer que vai taxar o leite que vem embora. A lei federal não autoriza taxar. Eu disse que, eu falei um dia, o deputado está mentindo na cara grossa para a gente, dizer que vai taxar o leite importado da Argentina, do Mercosul. Ele está mentindo, porque não existe isso que nós podemos dizer, é que nós vamos suspender a importação em Rondônia.

Vamos fazer a fiscalização, assim como a Cimara colocou aqui, conforme documento que fizemos entre Faperon, a Fetagro e a Apron. Nós elaboramos um documento e pedindo que se mantenha a fiscalização contra o *dumping*.

Manter a fiscalização evita fazer a competição desleal. A Argentina vende o leite mais barato aqui do que ela vende lá no mercado dela. Então, é preciso que essa fiscalização seja feita nesse sentido.

Mas nós sempre temos cobrado os laticínios, e acho que precisamos cobrar ainda mais. É claro que temos certeza de que o laticínio não está fechado no vermelho. Para não fechar no vermelho, ele está reduzindo a coleta de leite. Tanto é que ele não recolhe leite de outro produtor que queira sair. Se eu quiser sair do laticínio Flor de Rondônia para ir para o Italac, não consigo.

Para não ter prejuízo, eu não pego leite, não vou processar. Hoje, nós temos uma capacidade instalada de processar 6 milhões de litros de leite por dia. Estamos trabalhando com menos de 1 milhão. Temos capacidade instalada para isso, mas estamos com fábricas fechando.

Estamos juntando grupos, como o Flor de Rondônia, Primalat e outros, para tentar sobreviver no processo. Porque existem empresas maiores que estão engolindo as outras. Infelizmente, estão engolindo.

E parece que, parece não, tenho certeza que é para acabar com esses pequenos, para que fique só eles e fazer do jeito que quiserem. Estamos com um problema sério para se resolver no futuro, porque não vai haver produtor de leite que aguente o monopólio, assim como nós temos hoje o monopólio no transporte no Estado. Podemos ter no leite e em outros setores, e vai acabar com a cadeia produtiva.

Eu anotei muita coisa aqui, mas acho que trouxeram vários dados. Quero aqui parabenizar a Janayna e o Senar pelo trabalho que têm feito. Inclusive, Janayna, junto com a Fetagro, estamos buscando uma parceria com o Senar.

Vamos fazer uma discussão com o Senar Estadual, porque também estamos discutindo com o Senar Nacional, via Contag. Queremos que o Senar faça esse trabalho conosco, para a gente poder ter números e dados para fazer esse processo andar. É preciso juntar nossas forças no sentido de tentar sobreviver nesse processo como um todo.

Era isso. Um braço, obrigado pela oportunidade. Estamos juntos para somar nessa luta, para não deixar essa peteca cair - e cair no lugar errado ainda.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala.

Convido, neste momento, o Secretário de Estado da Agricultura, Luiz Paulo, com a palavra.

Quero registrar a presença aqui do grande líder Ari Saraiva. Tive o privilégio de ser Deputado Estadual junto

com o Ari, um grande homem e um grande deputado. Parabéns pelo ótimo trabalho, meu irmão.

Com a palavra, Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA - Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu quero agradecer ao nosso Deus Pai Todo-Poderoso, o grande arquiteto do universo, por esta tarde que já está se encaminhando para a noite. Não é, Cidão? Graças a Deus, Ele permite.

E em nome do Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa Alex Redano, proponente desta audiência juntamente com a Deputada Estadual Cláudia de Jesus e o Deputado Pedro Fernandes, que permaneceram aqui até o momento, quero parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

É somente por meio do diálogo franco, sincero e verdadeiro, quando se externam as dores, que a gente constrói políticas públicas. E o mais interessante, o mais importante de tudo é que, independentemente do que é falado aqui, isso não se deve ser guardado no coração.

Por quê? Porque a gente tem que sentir a dor de cada um. Quando o meu amigo Manoel falou que, pela madrugada, nós conversávamos - às 23:30, à 1 hora da manhã -, ele me ligava e a gente fazia bate-papo. Naquela ocasião, ele externava as suas dores, inclusive algumas questões que, como foi dito aqui, às vezes, pela própria desunião, não é, Manoel? As coisas não caminhavam.

A gente bateu um papo muito franco, e isso é muito importante e salutar. É dessa forma que se constrói um Estado, como o Estado de Rondônia vem sendo construído.

Quero cumprimentar todos os produtores de leite, saudá-los, bem como cumprimentar o ex-deputado Ari Saraiva, que está aqui presente. Cumprimento também os técnicos da Seagri, da Emater, da Idaron e todos os funcionários da Assembleia.

Gente, vou ser muito rápido para não tomar o tempo mais de vocês, mas preciso fazer alguns apontamentos e, desde já, me colocar à disposição, em nome do Governo do Estado de Rondônia e do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, para que nós possamos ouvir. E é isso que nós precisamos, cada vez mais, para somar.

O Governo do Estado de Rondônia, na gestão do Governador Coronel Marcos Rocha, Edmar, investiu na cadeia produtiva do leite. O Fundo Proleite foi extinto? Foi. Teve as suas razões que foram anuídas e aprovadas pela Assembleia Legislativa? Sim, teve.

Mas não deixou de arrecadar. Continua arrecadando mês a mês, não é verdade, Gilvânia? A Gilvânia - para quem não sabe, quero que fique em pé - foi uma das, para não dizer coautora da lei do Proleite. Mas essa mulher tem um conhecimento vasto da lei, não é verdade? Ela é emateriana de carreira desde de 2002.

Essa arrecadação ainda continua, e, salvo o melhor juízo, no mês passado foi de R\$ 1.014.000,00. Pois bem, mas quando da existência do Fundo do Proleite, ele não era gerido especificamente pela Seagri, senhoras e senhores. Ele era gerido pelo Condalron (Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Leite do Estado de Rondônia). E aqui, desde já, eu trago a informação que, a pedido, nós vamos reativar, sim, Edmar, a Câmara Setorial do Leite. Porque é um ambiente adequado para que as instituições estejam presentes e discutir as políticas públicas.

A Audiência Pública é necessária? É. Mas é na Câmara que vai ser discutida a verdadeira política pública para atender não só um grupo, mas a maioria. Então, nós iremos, já foi uma determinação do Governador Coronel Marcos Rocha e logo mais a Câmara vai ser reativada.

É ela que vai fiscalizar a utilização desse recurso e vai prestar conta de tudo aquilo que já foi feito. Como, por exemplo, com o recurso do Proleite, senhoras e senhores. Quem aqui é atendido pelo Consultec? Levanta a mão. O Consultec é uma consultoria de capacitação que está presente em 2 mil propriedades no Estado de Rondônia. Há exemplos do que o Senar faz também, com brilhantismo, as suas consultorias. Essa consultoria tem feito com que os produtores de leite aumentem sua produção de leite.

Em Ariquemes, Deputado Pedro Fernandes. O senhor esteve aqui no concurso de leite realizado pelo Município de Ariquemes. O animal lá de Machadinho D'Oeste produziu cerca de 73 litros de leite. O animal é a vaca vencedora. Inclusive foi recorde estadual. O segundo, 51 litros. Todos os dois atendidos pelo Consultec.

O recurso utilizado para que esses 85 técnicos da Emater estejam em campo é com o Fundo do Proleite. O calcário que os produtores de leite recebem, adquirindo, e o Estado abraça o que há de mais pesado que é o frete, é pago com o recurso do Proleite, que é o frete gratuito. Não é verdade?

Foi dito aqui sobre melhoramento genético. Melhoramento genético no Estado foi feito e vai continuar sendo feito. Com o recurso do Proleite, Deputado Pedro Fernandes, a Emater está trabalhando em um programa para que logo mais, com R\$ 3 milhões, faça. Aí, o Deputado Delegado Camargo colocou R\$ 6 milhões, que bom, que bom.

Foi dito aqui no começo pelo Edmar, por meio daquele vídeo, a fábula do produtor de milho campeão. Se todos nós nos unirmos, certamente, o Estado vai avançar. E não só na cadeia do leite, nas demais cadeias produtivas. Melhoramento genético vai acontecer novamente.

Também, por meio do recurso do Proleite, senhoras e senhores, foram adquiridos vários equipamentos, como, por exemplo, posso citar um dos: tanque de resfriamento de leite que foi distribuído em propriedades para as produtoras de leite.

Por meio do recurso do Proleite, junto a Seagri e a Emater, foram adquiridos vários maquinários e distribuídos para as associações e prefeituras do Estado de Rondônia para serem utilizados nas propriedades produtoras de leite. Hoje, pelo recurso do Proleite existe uma usina de nitrogênio que é subsidiada para o produtor, e o produtor paga R\$ 6. Quem conhece? Não é verdade? Duas usinas.

Então, o que eu quero falar com isso, gente? Temos as dificuldades? Temos as dores? A conta não fecha, como foi dito aqui pela nossa amiga do Senar? Não fecha. Mas é por isso que uma Audiência Pública dessa magnitude é o que resulta em política pública verdadeira, iguais a essas que eu mencionei aqui.

Apontar o dedo, criticar, fazer palanque político para poder fazer corte para a internet, para curta, comentário, compartilhamento, é muito fácil. Mas observe, como disse o Cidão, quem de fato tem compromisso com a agricultura no Estado de Rondônia, com a pecuária no Estado de Rondônia? O portal de transparência está aí para ver, para observar. É muito fácil usar essa tribuna aqui para criticar a A, B ou C. Nós precisamos parar de criticar e ter efetividade. Unir,

dar as mãos. A crítica é importante, mas precisamos levar informação. Por que a informação não é levada?

Quando foi dito aqui que a Seagri colocou apenas R\$ 1,7 milhão para a cadeia produtiva do leite, a Coordenadora do Seagri, a Poliana, emateriana de carreira, é porque tinha lá na Seagri, o Fundo Proleite, deputada. Não é verdade? E aí, em termos de gestão, o gestor precisa fazer um apontamento de um recurso. Não que vai ser só utilizado esse R\$ 1,7 milhão. É a verdade que tem que ser dita e não fazer politicagem.

Quando foi dito aqui que na Seagri foi engavetado o projeto, não foi engavetado. Porque a ordem do Governador Coronel Marcos Rocha não engaveta nada. A ordem é manter o diálogo como gestor, porque eu estar emprestando meu CPF para o Estado, é ter compromisso e responsabilidade. O senhor foi prefeito no município, e o senhor saiu com suas contas todas aprovadas, graças a Deus. E assim eu também estou. Porque eu estou secretário, eu não sou secretário. E se eu deixar de ser secretário, os órgãos de controle vão ficar cinco anos me pedindo explicações sobre cada Real que foi gasto. E aí o que eu tenho de mais precioso, além dos meus maravilhosos filhos, é o meu CPF.

Então, não foi engavetado nada. Vocês sabem como é que funciona? Aliás, como funcionava? Vou explicar para vocês. Todo mundo tem uma ideia maravilhosa. Todo mundo quer ser o salvador da pátria. Então, chegavam na Secretaria, "olha, esse projeto aqui, desse aplicativo aqui é interessante.". Pega o Fundo do Proleite para fazer o monitoramento." "Olha, isso aqui é interessante." Todo o projeto é encaminhado primeiramente para a Câmara Técnica. Vocês sabiam que tinha uma Câmara Técnica? Não, não é? Porque ninguém fala.

Depois da Câmara Técnica, o projeto é encaminhado para o Condalron (Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Leiteiro do Estado de Rondônia), que era o Conselho, que vai ser hoje reativado igual a Câmara Setorial, deputado, onde vão estar todos os membros, e na oportunidade, o Conselho era deliberativo e a Câmara é consultiva, não delibera. Mas o Conselho Condalron deliberava. Então não houve engavetamento.

Mas alguém explica isso? Não explica isso. Sabe por quê? Porque é muito bom ficar aqui para poder... Ei, você está filmando aí? Filma aqui, foca aqui, que eu vou falar agora e depois vou espalhar nos grupos. Sabe quem sofre com isso? São vocês, produtores, que não recebem a informação correta, precisa. E isso é o desserviço que chega até a zona rural. E eu percorro há mais de 12 anos nessa zona rural. Não sou técnico, eu estou Secretário e aprendi com muito orgulho com os servidores da Seagri, da Emater e do Idaron, que é o tripé da agricultura, e também trocando experiências com as outras instituições do Estado. Então, é preciso falar a verdade. E eu não sou o dono da verdade, mas os dados e os números apontam isso.

Senhoras e senhores produtores, estamos à disposição para somar. Sabemos das dores, das dificuldades, mas como já foi dito, inclusive, por especialistas, inclusive o nosso próprio amigo da Fetagro, o Manoel, o mercado é difícil de ser regulado.

Mas, parabéns à Assembleia Legislativa, por oportunizar, primeiramente, aos produtores falarem e nós, enquanto instituições aqui, também darmos a nossa manifestação e sentarmos ali e continuarmos ouvindo e anotando. Porque está aqui, eu fiz vários apontamentos.

Está aqui, se tem uma pessoa que estava anotando as coisas, sou eu também. Vamos mudar o mundo da noite para o dia? Não. Mas é preciso ter responsabilidade para que nós possamos trabalhar a curto, médio e longo prazo. Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala, nobre Secretário Luiz Paulo. Quero agradecer ao Secretário Luiz Paulo, está fazendo um bom trabalho, meu irmão.

Convido para uso da fala, esse grande deputado, também tem apoiado bastante o homem do campo, Deputado Pedro Fernandes, com a palavra.

O SR. PEDRO FERNANDES - Boa noite, já está escurecendo, estamos aqui há várias horas ouvindo. Quero primeiramente agradecer a Deus, cumprimentar todos os nossos produtores de leite aqui presentes. É uma grande honra estar aqui ouvindo vocês, esse é o papel do Parlamento para que a gente possa tomar as nossas decisões corretas, quando formos votar as proposituras.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Alex Redano; Deputada Cláudia de Jesus; Doquinha - nosso Doutor Doca ali, que cuida de tudo lá naquela Assembleia -, o Luiz Paulo, nosso Secretário de Agricultura; o senhor Manoel, que é da Fetagro. Parabéns pelas colocações. E todos que por aqui passaram, deixaram muita informação.

O Edmar foi o primeiro a falar aqui, trouxe várias propostas. E para a gente dar encaminhamento, Presidente, dessas propostas, que eu vou ser bem breve nas minhas falas, porque a gente está aqui como ouvinte, para levar ao Governo

do Estado, levar aos nossos pares na Assembleia Legislativa, as proposições.

Eu acho muito viável a gente encaminhar, e reunir com o Governo do Estado para decretar o estado de Calamidade Pública do leite. Essa é uma das propostas viáveis.

E a outra proposta, entendendo aqui o Conseleite, qual que é a proposta dele? A gente entende que nós precisamos de mais transparência, que dados são informados e de onde eles saem. Falou aqui o representante das indústrias, por mais que as indústrias falam, que não interferem no mercado do leite no Estado de Rondônia, não é o que a gente ouve pelos quatro cantos.

E eu presenciei, quando uma cooperativa, eu sou Presidente da Frente das Cooperativas do Estado de Rondônia, uma Frente Parlamentar que temos na Assembleia.

Quando a cooperativa de Rolim de Moura estava com um problema sério de tanques de leite, porque os produtores eram obrigados a ficar amarrados aos laticínios, na época foi feita uma movimentação muito grande das cooperativas. O senhor Manoel era um dos que estavam à frente. Participei de algumas reuniões na época, quando eu era prefeito lá no Município de Cujubim, e os laticínios melhoraram o preço.

Os produtores que cooperaram, começaram a cooperativa, começaram a se filiar. Porém, quando o laticínio apresentou um preço melhor, eles migraram para os laticínios. E, quando matou a cooperativa, que a cooperativa não teve mais perna para andar, os laticínios abaixaram o preço do leite de novo.

Então, a realidade é essa: tem um monopólio. Tem um mercado. Como foi dito aqui, existe também o mercado varejista, que é o comércio, que pratica um preço que temos

que avaliar. Mas o mercado e a concorrência precisam ser livres.

Tudo bem que a indústria do Estado de Rondônia compete com a indústria fora do Estado. A gente também tem consciência. Não podemos também ser inimigos nem o produtor, nem da indústria. Mas nós temos que averiguar a indústria de laticínio do Estado de Rondônia.

E eu sou a favor à abertura da CPI, Deputada Cláudia, e averiguar. Se não deve nada, a gente vai comprovar e tirar essa dúvida da cabeça do nosso produtor, para ele parar de chamar o dono do laticínio - como foi dito aqui - de ladrão. E, para ele tirar essa dúvida da cabeça do produtor, nós precisamos averiguar como está a situação do preço do leite no Estado de Rondônia.

Tudo se trava preço: preço do boi trava na bolsa, preço da soja trava, preço do milho trava. O produtor que consegue travar o preço do seu produto consegue fazer um planejamento a médio e longo prazo. E no leite não consegue.

Eu sou filho do senhor João Mineiro, que tirava leite todos os dias em uma chácara que nós tínhamos aqui no Mutirão, em Ariquemes. Nós íamos de bicicleta cargueiro entregar aqui no laticínio Arilac, do Vilas Boas. Desde aquele tempo eu conheço o que é o leite, o que é um produtor de leite, e, toda a vida, quem paga o preço é o produtor. Infelizmente.

Em outros países, mundo afora, eles protegem os seus produtores. No nosso país, infelizmente, nós não temos uma política de proteção e incentivo para poder bancar o produtor para que ele tenha esse equilíbrio.

Precisamos, sim, Deputado Alex Redano, Presidente, dessas duas propostas. Eu acredito que a CPI é viável.

Precisamos sentar com os deputados que tiver interesse e, se precisar da minha assinatura, estarei junto.

Tenho vários apontamentos que eu queria fazer, mas o horário já está avançado. Quero aqui parabenizar as entidades organizadas do Estado de Rondônia: a Fetagro, Faperon, Apron e a Associação Brasileira dos Criadores de Girolando, que apresentaram e estão se organizando. A gente observa que isso é muito bom.

Em Rondônia, nós temos um potencial para o cooperativismo. Eu sou muito otimista. Visitei o Estado do Paraná, onde o cooperativismo é muito forte. Visitei também a Cooperativa Aurora. Quem conhece a Aurora, que vende vinhos, sabe que ela começou com 16 produtores no Rio Grande do Sul. Hoje, eles cultivam mais de 2 mil hectares. São pequenos produtores com mais de 2 mil hectares de uva, e eles comercializam seus produtos no Brasil e no mundo. Então, nós também podemos mudar a realidade.

Vou dar um exemplo: quando eu era um pequeno comerciante na cidade de Cujubim, nós tínhamos muita dificuldade porque não tinha banco no município. Todo mundo recebia o pagamento e vinham para Ariquemes, e o dinheiro ficava aqui. E os comércios de Cujubim com dificuldades.

Levamos a Cooperativa de Crédito para Cujubim. Nós organizamos com 100 pequenos comerciantes, e isso resolveu o problema daquela cidade. Hoje está lá o Sicoob. E agora já vieram outras cooperativas e já tem outros bancos. Por quê? Porque teve comércio e concorrência.

Antes de terminar, eu quero falar sobre um Projeto de Lei, Presidente, que eu venho junto com o senhor, com todos os deputados e com o Luis Fernando, que acabou de sair, que é a redução do ICMS de 12% para 4%. A Apron também aqui representada e que tem trabalhado nessa pauta.

Eu participo da Câmara Setorial da Carne - já fugindo um pouco aqui do tema do leite.

Foi aprovado no Confaz e agora só falta o governo elaborar a Projeto de Lei e mandar lá para a Assembleia. Nosso Presidente Deputado Alex Redano já deu o aval para pautar, para a gente dar oportunidade para os nossos produtores. Quem vai aqui no frigorífico, o cara oferece tanto. Se o Mato Grosso oferecer mais ou outro Estado, ele poder vender. E com essa redução de 12% para 4%, o nosso boi para abate é atrativo para frigoríficos fora do Estado.

Então, isso aqui é importantíssimo para o nosso produtor, num momento em que, a nossa diferença no preço da arroba no Estado de Rondônia, sempre era igual ao do Pará, e hoje a gente está aí R\$ 15,00 a menos do que o Estado do Pará, que sempre é um equilíbrio aí.

Então, a gente sempre está em defesa do produtor rural. Quero deixar um grande abraço ao meu amigo Zé Barroso, lá de Monte Negro. Em nome dele, cumprimentar todos vocês, para não citar o nome de várias pessoas aqui, porque o Zé Barroso sempre manda mensagem me cobrando sobre a questão do preço do leite. Ele é um grande produtor, uma pessoa muito trabalhadora e representa muito bem a todos aqui.

Presidente, muito obrigado. Gente, contem comigo. Vamos pedir ao governo para decretar o estado de calamidade e vamos trabalhar para nós fazermos a CPI para descobrir que fórmula mágica é essa. Pelo menos nós temos que saber a verdade. Então essa é a minha propositura. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Deputado Pedro Fernandes. Convido a proponente, junto comigo, desta

importante Audiência Pública, nobre Deputada Cláudia de Jesus.

Quero aqui parabenizar o Deputado Pedro Fernandes. Qualquer iniciativa aqui, eu já adianto que terá total apoio da Presidência. Tanto a CPI, o que for decidido e todos os encaminhamentos.

Com a palavra, nobre Deputada Claudinha Desculpa, sempre chamo a Deputada Cláudia de Jesus de Claudinha, mas é de forma carinhosa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Fique à vontade Presidente. Muito boa noite a todos os senhores e senhoras aqui presentes. Quero aqui cumprimentar o Deputado Pedro Fernandes. Cumprimentar o Secretário Luiz Paulo. Cumprimentar o Doca. Cumprimentar também o Carlinhos, que é o Presidente da Fetagro, conhecido por nós como Carlinhos, os demais por Manuel Carlos.

Mas, enfim, pessoal, o que nos traz aqui hoje. Bom, deixa eu cumprimentar meu Presidente, desculpa, cumprimentar o Presidente Deputado Alex Redano e agradecer a ele também por nos permitir ombrear, junto com ele, essa Audiência Pública, no qual a gente vem aqui para fazer esse debate sobre o preço do leite no Estado de Rondônia.

E é um momento difícil a todos, e a gente ouviu falas importantes aqui, de todos que antecederam a gente, acho que cada um fez algumas colocações importantes. Mas a aflição é grande. A gente que realmente se permite a caminhar pelo Estado de Rondônia, a gente ouve muitas lamentações dos produtores.

Especialmente os pequenos produtores hoje que às vezes só tem essa atividade, vivem somente da atividade da produção

do leite e que tiveram um impacto gigantesco no seu cheque. Quer dizer, aquele quantitativo ali que ele esperava para poder fazer a compra do mês, para poder pagar suas contas.

Isso tem sido lamentável, porque passa, além de uma crise econômica, se pensar somente na questão econômica, de arrecadação do Estado. Isso também mexe com as pessoas, com as famílias. É uma problemática social que impacta na vida das pessoas. Por conta disso tudo que está acontecendo no Estado de Rondônia, a gente sabe que tem pessoas passando por necessidade nesse momento.

Então, isso é muito preocupante. Estou presidindo a Comissão de Agricultura na Assembleia Legislativa. Isso nos trouxe uma grande preocupação, até porque também meus pais vivem na roça, meus tios também sobrevivem da atividade do leite e a gente sabe o quanto é difícil, o quanto é doloroso.

E aí, hoje, a gente faz as Audiências Públicas e damos os encaminhamentos. Mas aqui hoje, as entidades que representam o setor produtivo, os nossos produtores, especialmente a agricultura familiar, a Fetagro, a Faperon, a Apron, no subsidiário também ali, o Núcleo Girolando, no subsidiário, com vários encaminhamentos importantes. Importantíssimos. Eu cheguei a ler vários.

Então, assim, a gente não precisa inventar aqui nada, porque vocês nos subsidiaram com proposta de políticas públicas. E nós sabemos que, nesse momento, é o preço. Nós precisamos fazer um debate sobre isso, é importante essa CPI.

E aí, Presidente, eu também concordo, estou à disposição. Acho que a gente precisa fazer esse levantamento do que acontece aqui em Rondônia. Enfim, a gente precisa dar essa transparência tão necessária que todo mundo quer. Mas as entidades nos trazem isso com muita clareza, isso nos dá

essa condição. E nós sabemos que também a necessidade do investimento das políticas públicas. Isso é fato.

E isso é um gargalo que predomina há muitos anos. Não adianta, nos momentos de crise nós nos reunirmos, terminar e nós não darmos continuidade ao processo. As políticas públicas precisam de acontecer. E digo mais, não é política de governo, é política de Estado. Entra governo e sai governo, a cadeia produtiva do leite precisa ser uma prioridade em todos os governos. Ela gera emprego, gera renda, produz um produto importantíssimo para todos nós seres humanos. Então, a gente sabe que é importante.

É inadmissível que a gente tenha essa morosidade na aplicação das políticas públicas. E aí, Secretário, a gente se une a você para que isso seja constante. E assim, a arrecadação, ela continua. Não tem o Fundo Proleite, mas os recursos dos laticínios estão caindo para a Emater. E a gente precisa de ajustar isso daí. Nós temos que trabalhar para que os insumos cheguem, os implementos cheguem, o melhoramento genético chegue, as coisas possam acontecer. E esse preço justo.

E nesse momento, eu digo mais, porque foi pago aos pequenos produtores, aqueles que produziram menos, um valor bem mais baixo. E aí é a hora que o Estado tem que subsidiar, sim, porque a riqueza do Estado é do povo. Quem é que paga imposto? Somos nós, políticos? Todo mundo paga imposto. Então, nesse momento, é uma crise que precisa de um olhar. Porque se não tiver cuidado sobre o que está acontecendo com o Estado de Rondônia, simplesmente, nós já sabemos que a cadeia vem decaindo há muito tempo.

Muitas pessoas desistiram de produzir leite no Estado de Rondônia. O preço não compensa. Brinca com a cara das pessoas. Hoje paga um preço, amanhã paga outro preço. Não

dá, não tem condições de a gente sobreviver numa cadeia produtiva dessa que você não sabe o preço do leite que você vai ter amanhã. Isso precisa de ser revisto. Isso precisa de ser repensado. E a gente precisa de conversar.

Mas, sobretudo, essa entrada das notas aqui que só são dadas entrada aqui no Estado de Rondônia, nós precisamos de avaliar. A gente tem que avaliar com muita sabedoria, por quê? Eles dão entrada aqui, eles têm o subsídio de imposto, eles não trazem o leite para cá, mas o leite em pó deles, vai para os Estados que comprem de Rondônia, e isso prejudica a gente. Será que R\$ 7 milhões aí, nesse momento, seria tão importante para nós?

Eu acho que aqui o debate vai muito além, e lamentável que os parlamentares federais foram embora, porque, por mais que hoje eu também sou do partido Presidente da República, mas penso que o diálogo hoje também tem que ser junto ao Ministério da Agricultura. É essa pauta aqui do que vive em Rondônia e os demais Estados, precisa de ser dialogada, porque o governo municipal, o governo estadual, o governo federal, todo mundo pensa em arrecadar para manter a máquina pública.

Mas, tudo tem que ser pensado de fato, porque nesse momento, o que está em risco no nosso país, no Estado de Rondônia, é hoje a cadeia produtiva do leite. Se não houver, de fato, uma ação fiscalizativa, uma ação *antidumping* no sentido de coibir e de analisar isso que está acontecendo nos diversos estados brasileiros, a gente corre um grande risco. E isso precisa ser dialogado. E a bancada federal de Rondônia precisa ter uma ação concreta.

Não é só vir aqui e participar, fazer um discurso bonito. Sim, qual é a proposição que está fazendo via o Ministério da Agricultura? O que está fazendo de fato? Mas

a situação no Estado aqui, a gente precisa de ver, porque o que está entrando lá, de orçamento, tem que ser aplicado aqui também e outra. Qual é o valor de fato? Será que só são R\$ 7 milhões? E as indústrias do adubo que também só vem protocolar as notas aqui no Estado de Rondônia. O que eles estão deixando de fato? Eles protocolam aqui e os produtos não chegam aqui. Mas o Estado arrecada.

Então, a minha proposição hoje, algumas coisas fogem da nossa alçada hoje como Assembleia Legislativa. Mas tem questões que podemos ajudar e muito. Basta querer, basta ter comprometimento.

A gente não tem visto tantos Estados que têm destinado montantes e mais montantes para poder ajudar os produtores. Inclusive, nesse momento, a minha proposição também, deputado, Presidente Alex Redano e Deputado Pedro Fernandes é que o Governo do Estado dê um suporte, que seja o subsídio hoje direto para quem produz leite ou que seja um subsídio urgente sobre a questão da alimentação do nosso rebanho, que seja sobre a implementação hoje, que a gente precisa de implementos agrícolas, enfim, de uma série de coisas.

Mas um outro detalhe é importante que, diante essa crise que a gente passa, a gente observe a desunião também da classe. Nós precisamos de nos organizar, porque nós ficamos refém somente dos laticínios. As nossas agroindústrias, que dariam condições de a gente beneficiar o leite, agregar valor e a gente poder também comercializar. Acho que chega o momento também, Secretário Luiz Paulo, de a gente retomar os programas de agroindústria no Estado de Rondônia. As escolas não compram da agricultura familiar, porque não há o quantitativo suficiente, legalizado, de agroindústria, de leite, de queijo, de iogurte, de leite em pó, porque se tivesse, nós não comprávamos de fora. E nós temos que comprar aqui, tem que ter lei.

E eu sou a primeira que estou pronta para apresentar qualquer Projeto de Lei. E não tenho dúvida que na Assembleia Legislativa todo mundo vota favorável. Nós temos que ter lei hoje. E aí, Secretário Luiz Paulo, isso tem que ser ferrenho. Isso tem que, inclusive, se não comprar, nós temos que ir para o Ministério Público denunciar. Nós temos que ir para o Tribunal de Contas, porque o recurso público precisa ser usado para comprar dos nossos produtores.

Mas nós temos que nos organizar. As escolas hoje passam de mais de 400 escolas estaduais nesse Estado de Rondônia. Nós temos as escolas municipais e nós temos aí um mercado que nós podemos hoje também comercializar para nós não ficarmos refém somente dos laticínios, porque aí nós temos o poder de competir.

Então, acho assim, que nós temos bastantes encaminhamentos aqui. A gente está pronto para poder contribuir, tem que ter CPI sim; tem que ter mais unidade, tem que ter mais diálogo e vou dizer mais, incomodem, minha gente.

Eu nunca vi na história desse país uma categoria de trabalhador avançar se a gente não estiver unido. Eu me lembro, meu pai por várias vezes foi pra rua junto com os produtores para derramar leite lá em Ji-Paraná, porque nós não tínhamos preço justo do preço do leite. E naquela época valia. A gente conseguiu melhorar muito o preço do leite.

Agora, hoje, às vezes, a gente vê o povo muito desunido. E aí, nós temos que se unir. E eu, hoje, estou como agente político, mas antes de ser um agente político, eu também sou uma cidadã, sou uma trabalhadora. E digo a vocês, incomode a classe política.

Não dê trégua, não. Peguem esses deputados federais. O que eles estão fazendo hoje para poder resolver essa

situação? E os nossos senadores, o que eles estão fazendo para resolver essa situação sobre o que está entrando de fora?

A bancada estadual, todos nós aqui: não poupe ninguém, não. Não poupe o Governo do Estado também não. Nem secretário, nem ninguém. Porque, se vocês ficarem calados, a gente subentende que está tudo bem. E não está tudo bem.

A gente está vendo uma cadeia produtiva que, toda a vida, carregou esse Estado de Rondônia morrendo aos poucos. E isso é lamentável. É triste quando você recebe um áudio no WhatsApp e vê as pessoas ali chorando, dizendo: "Deputada, pelo amor de Deus, faça alguma coisa!".

E acho que, com essa Audiência Pública, nós não podemos, de fato, sair daqui como nós chegamos. Nós não podemos! Eu acho que até para a gente, que carrega a política com responsabilidade, precisamos dar um basta em muitas coisas e fazer o nosso papel. É claro que aqui cada um fala por si, mas a gente precisa se unir em um coletivo para que possamos avançar nesse processo.

E, Secretário Luiz Paulo, essa questão da Câmara Setorial do Leite, nós precisamos agilizar. Nós precisamos agilizar isso. E gostaria muito que a Assembleia sempre fosse convidada para participar desses debates. Eu não meço esforço para participar, porque é importante. A gente precisa acompanhar para não sermos pego só nesses momentos de diálogos. Temos que constantemente fazer essas cobranças e essas reivindicações.

Então, acho que isso precisa ser criado. A gente precisa conversar até para que os senhores saibam das proposições e tenham clareza de tudo o que nós estamos debatendo neste momento, porque vários encaminhamentos foram entregues aqui pelas organizações.

E esse processo precisa ser transparente. A audiência não vai terminar por aqui. Nós encerramos daqui a pouco, mas é preciso ter um grupo de trabalho.

Eu faço Audiência Pública e digo para os senhores: no meu mandato como deputada - no meu primeiro mandato como deputada estadual -, as melhores conquistas que eu tive foram através desse espaço aqui, ouvindo as pessoas, conversando e cobrando também.

E nunca deixei de ser cobrada, nunca caminhei sozinha nessa caminhada, porque me permito a vir aqui, ouvir as lamentações, as dificuldades e as dores de vocês, mas também me permito a tirar o pé do chão e correr atrás para resolver. Porque isso dói no coração da gente.

Acho que quando a gente diz que é ser humano, que é cristão, que gosta das pessoas, temos que ter a capacidade para que na hora das dificuldades, correr atrás e resolver os problemas. Então, meus amigos, eu estou à disposição, conte conosco.

E, Presidente Alex Redano, eu estou pronta para qualquer situação da CPI do leite. Nós estamos aqui para defender quem mais precisa.

O papel de político, minha gente, é resolver problemas. A gente não vem para cá para viver em festinha, apertar a mão e bater no ombro de ninguém, não. A gente vem para resolver problemas. E quem não tem a capacidade de resolver problemas tem que sair fora da política.

E o ano que vem é ano eleitoral. Os senhores cobrem dos candidatos ao Governo do Estado de Rondônia: qual é a proposta que eles têm para os produtores do Estado de Rondônia, para quem produz alimento e para quem produz leite. Senão, a gente vota e depois fica em uma condição em que não

temos apoio, não temos suporte, não temos incentivo e não temos subsídio. Precisamos de Políticas Públicas.

Então, acho que agora é o momento de muita reflexão. E olharmos para dentro da gente e também olhar para os lados, para ver quem é que compra nossas dores. Porque dá para contar nos dedos quem está preocupado com a situação dos produtores de leite no Estado de Rondônia.

Mas digo a vocês: podem me acompanhar. Nós estamos juntos e vamos ajudar no que for preciso para mudar essa realidade. Sabemos que não é fácil - e não é fácil mesmo -, mas nós podemos incomodar, e isso nós sabemos fazer. A gente incomoda aqui.

Eu levarei, sim, essa pauta ao governo federal, porque essa situação da fiscalização do que entra de outros países no Brasil precisa ser revista.

E se nós tivéssemos uma bancada federal que estivesse preocupada com vocês, eles tinham ficado aqui como nós ficamos. Nós estamos aqui porque nós temos compromisso.

E vou dizer para vocês: compromisso eu tenho, e não é pouco. Eu tenho que ir para Porto Velho, porque amanhã cedo os servidores da saúde nos esperam lá. Então, isso é falta de responsabilidade com vocês.

Fiquem atentos e olhem quem realmente luta por vocês e cobrem. Cobre todo mundo, para que possamos avançar.

Obrigada, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Deputada Cláudia de Jesus.

Meus amigos, tivemos mais alguns inscritos, mas já estamos caminhando para o encerramento. Vou passar ao Doutor Doca para falar algumas palavras também e, a gente vai dar os encaminhamentos finais.

Por favor, Doutor.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Boa noite, não é? Começamos com a boa tarde e já estamos no boa noite.

Mas é realmente um arcabouço de informações importantes, todas de importância ímpar, inclusive os posicionamentos políticos. Mas, vamos nos ater à parte técnica.

Deputados, eu gostaria de vocês na conversa, por obsequio. O que nós temos aqui de pronto e o que a gente sentiu aqui é que tem ações que precisam ser imediatas. Como foi dito ali pela representante do Senar: "Eu não preciso disso para 2026, não. Eu preciso para hoje, porque eu posso morrer em 20% do meu setor produtivo se eu deixar passar este exercício.".

Então, de imediato, qual seria a proposta? O Deputado Pedro levantou a questão do estado de calamidade. Este é um ato de governo, aprovado e avaliado pela Assembleia Legislativa. Mas nós temos convicção e plena certeza, dada a dificuldade e o estado que o setor produtivo passa, que essa proposta vai chegar ao governo e o governo acho que não se furtará a encaminhar o Projeto de Decreto. Podemos. Eu preciso ver essa questão da iniciativa, mas eu acho que, a princípio, eu sei que é aprovado pela Assembleia, mas a propositura sempre vem de governo, quando estado de calamidade. Mas nós amanhã já estaremos trabalhando isso, ainda hoje a gente já tem um posicionamento quanto a isso.

Esse seria um de imediato, essas questões, quem tem financiamento para propor e correr atrás disso. E nós também não podemos nos furtar a realidade fática, a Assembleia Legislativa está entrando de recesso agora, no final do ano, e as coisas só acontecerão em 2026. Por exemplo, a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito só pode funcionar no período legislativo, e as atividades, é um calendário nacional, todos sabem, só a partir de 15 de fevereiro. Pode ser, instaurar.

Mas isso não nos impede de trabalharmos ainda, porque a Casa entra no recesso parlamentar dos parlamentares, para as bases e tudo, mas eles continuam atuando. E eu, deputado, assim como nós fizemos na Audiência Pública do garimpo - eu acredito que nós vamos resolver definitivamente o garimpo - , a Comissão já está trabalhando, nós não instauramos ela ainda, mas já contactamos a Universidade do Amazonas, os órgãos que vão nos subsidiar de informação quanto a essa questão da mineração com sustentabilidade, com respeito e preservação do meio ambiente, com licenciamento legal.

Assim como naquela, essa pauta aqui seria uma pauta para ser discutida originariamente na Comissão temática permanente da Assembleia, que preside a Deputada Cláudia, mas aí se ateria a uma discussão sobre outras pautas presentes. Eu acho que o tema é tão relevante e de tanta urgência que poderíamos fazer aquela Comissão Especial Excepcional também nesse caso, porque nela tem a possibilidade da composição, por exemplo, do Grupo Girolando, da Faperon, de todos comporem esse núcleo de informações, porque nós temos, aqui as pautas do Grupo Girolando, a pauta da Faperon, muito bem indicada.

O que eu vi um levantamento aqui interessantíssimo pelo Senai que foi trazido sobre o transporte ser 40% do custo da produção do leite. Então, isso era um problema que pode ser

debatido nessa Comissão. Então, o que nós percebemos? Se pode essa Comissão, Deputada Cláudia, de repente você, como da agricultura, até presidir essa Comissão mista, Comissão Especial Mista, Comissão Parlamentar Especial Mista, com vários setores do governo, a Fazenda Pública, a gente convoca para mandar um, a Fazenda Estadual, a Secretaria de Agricultura encaminha um, ou ele próprio, e a gente convoca todos os setores para sentar à mesa e avaliar.

É como a gente disse aqui, essa questão da 473, se reverter, o recurso é mais viável, se o produto não entra, e levantar. E isso aí pode ser até estendido na questão da Comissão Parlamentar de Inquérito do leite, uma investigação sobre isso. Evidentemente que o que for de ofensa à legislação federal, a Comissão vai ficar limitada a investigar, a ir além. Mas pode até ampliar um pouco mais essa questão da investigação, não só da pauta, inclusive, a destinação do Fundo Proleite, as compras, etc, que é dito, mas aí a gente traz tudo isso a lume, em uma Comissão.

Sim, mas essa Comissão é uma Comissão especial quando eu tenho determinado tema, determinado assunto, para analisar tudo o que nós apoiamos aqui em uma Comissão Parlamentar Mista, composta de todos os órgãos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito pode, mas a Comissão Parlamentar de Inquérito tem um papel investigativo e depois de encaminhamento. Esse trabalho da Comissão tem que ser uma solução de curto prazo, de imediato. Criarmos e dali já saem os encaminhamentos. Por exemplo, eu tenho uma aqui, o projeto, uma proposta que foi encaminhada pelo Grupo Girolando, não tem — como se diz —, a parte expositiva. Ela tem as metas, metas e projeções, mas nada codificado da forma de um dispositivo. E nós temos que fazer um estudo, um apanhado disso, ver o que pode trazer para um instrumento normativo válido. O que vale, o que pode ser da iniciativa,

o que tem que ser encaminhado pelo governo, o que pode ser propositura própria dos parlamentares.

Então, eu sugeri a criação dessa Comissão, aprovaria, e elas também só funcionam no período legislativo. Mas nada impede que a gente trabalhe nisso já, inclusive, elencando quem vai compor essa Comissão Especial para essas questões do leite, depois a gente cria uma nomenclatura para ela e seria um encaminhamento que abarcaria, e a Comissão, e a questão do Decreto. Seriam essas sugestões primeiras. A Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma amplitude de você, pode até trabalhar, requerer informações, etc, e tudo, mas as reuniões só no período legislativo. Temos, temos. A Comissão pode expedir, nós sempre trabalhamos no período, requerer documento, pode votar tudo amanhã. Isso, da Comissão. Ok? Seria sugestão, deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gente, vamos aos encaminhamentos.

Eu penso que tem que ver a questão da legislação. Eu penso que seria importantíssimo para a Sessão de amanhã, nós aprovarmos o estado de calamidade pública do leite, em Rondônia. Isso vai sensibilizar a todos, isso vai dar uma mídia a nível nacional, então, a gente tem que agir com rapidez e inteligência.

Tem que ver a legislação. Se a gente puder aprovar seria mais interessante, os deputados, eu falo, a própria Assembleia aprovar. Se não tiver legislação pertinente, nós amanhã, já assinarmos o Requerimento, pedindo ao Executivo e já dar mídia disso. A ideia disso é sensibilizar a todos.

A Deputada Cláudia e o Deputado Pedro já falaram comigo que pretendem criar a Comissão Parlamentar de Inquérito, então, a Presidência vai dar toda a estrutura, todas as condições. E eu penso que nós podemos aprovar simultaneamente a Comissão Parlamentar de Inquérito e também, essa Comissão mista. A Comissão mista terá deputados e produtores de leite, uma comissão como o nome já fala, uma Comissão mista.

Sendo bem sincero, a proposta hoje, vindo do setor produtivo, está muito, muito embasada, foi feito um trabalho de excelência, excelente. Então, eu tenho certeza que essa Comissão mista vai ter um efeito muito grande. Eu penso também que essa questão do leite em pó, esse recurso, se for direcionado para as cooperativas vai ter um efeito muito grande. E aqui, a gente vai continuar, a gente tem o grupo, colocando tudo no grupo e precisamos agir com rapidez.

Então, não adianta "tapar o sol com a peneira" e falar, não, que a Comissão Parlamentar de Inquérito vai resolver todos os problemas, não adianta, não é assim, mas o que não adianta é nós ficarmos de braços cruzados, alguma coisa tem que ser feita.

Então, eu penso que esse recurso do Proleite precisa ser revisto. Isso aí foi votado porque tinha um apelo da questão da Emater, então foi aprovado pela Assembleia. Então, mas o projeto pode ser criado. Pode ser revisto isso.

Quero parabenizar o Senhor Secretário Luiz Paulo. O Luiz Paulo é uma pessoa muito positiva, eu gosto disso. A pior coisa do mundo é político "enrolão", o cara vem e fala, e fala, e fala. Igual o Luiz fala, faz o corte para a internet, para os grupos de WhatsApp, mas não resolve nada.

Então, a gente tem que sempre agir tecnicamente, mas com muita responsabilidade, porque você jogar para a galera é muito fácil.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - É a mesma coisa que falar: "Gente, está tudo resolvido!". Não é assim. Mas o importante é nós agirmos e sermos sempre transparentes.

Amanhã, vamos fazer uma reunião, Deputada Cláudia, com os demais deputados, apresentar as propostas, e eu penso que seria uma vitória se amanhã a gente aprovar as duas Comissões, Doutor Doca. Então, a gente aprovar amanhã a CPI e a Comissão Mista também, ao mesmo tempo, e a calamidade. A calamidade depende da questão jurídica, se há vício de iniciativa.

Vou passar aqui para o Doutor Doca explicar isso aqui.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - O estado de calamidade é proposto pelo governo. E outra coisa: ele não pode ser decretado assim, a toque de caixa. Evidentemente que a audiência nos trouxe muito subsídio, um arcabouço técnico muito bem elaborado. Nós temos dados do Senai e os depoimentos.

A própria Ata de registro da reunião, com o vídeo, pode ser que, com tudo isso - porque a depender da Procuradoria-Geral do Estado de elaborar o decreto -, haja necessidade de, futuramente, de repente uma chancela da Assembleia Legislativa. Mas a iniciativa é do Governo do Estado.

O SR. LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA - Deixa eu só dar uma palavra sobre a questão da calamidade.

Recentemente, houve a questão sobre a calamidade a ser decretada em razão da crise hídrica com pescadores profissionais no Estado. Para ser decretada, o Estado teve

que fazer um levantamento por regiões, analisar como estava cada região, juntar essas informações e, então, fazer o decreto de calamidade à época.

Então, é um estudo mais aprofundado, realmente. Por isso, não adianta dizer que sair daqui vai resolver a calamidade, não. O Estado vai ter que provocar as demais regiões para ver como é que está a questão da crise. Esse levantamento o Estado vai encaminhar para a Procuradoria para poder fazer, Manuel, porque é um pouquinho mais moroso mesmo, entendeu?

O SR. PEDRO FERNANDES - A audiência pública aqui já é uma boa...

O SR. LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA - A Audiência Pública já acaba sendo um subsídio para tal. Só que a audiência aqui aconteceu em Ariquemes, com representatividade de cada região, entendeu?

Então, tem que só reunir um pouco mais. É só, de repente, a cadeia produtiva se unir e trazer essas informações para subsidiar o Estado.

O SR. PEDRO FERNANDES - Eles criam um grupo de trabalho que faz levantamento. Foi assim que foi feito. É coisa que o governo consegue fazer.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - É o seguinte, esses dados, por exemplo, nós temos dados e estudos oficiais,

como o do Senar. Temos dados da Faperon, que é a federação. Nós temos tudo isso. Isso vai ser encaminhado. Vamos entrar em contato com a Casa Civil do governo. Todo esse arcabouço, amalhado aqui na Audiência Pública, será encaminhado. Vamos tratar diretamente com o Doutor Thiago Alencar, que é o Procurador-Geral do Estado, e verificar a possibilidade.

E pode ser, realmente, que só esses dados do Senar - pelo que eu vi ali nos gráficos etc. -, sejam suficientes. Esses estudos devem ter muito mais coisas além do que foi exposto aqui, evidentemente, como os dados do fórum que foi feito pela Faperon e do pessoal da Girolando. Todos vão ser levados ao conhecimento da Casa Civil para uma análise jurídica, porque depende dela.

O encaminhamento do pedido. Nós aprovamos o Requerimento na Assembleia. Os dados do Senar também foram lúcidos e tranquilos. Mas tem que ser submetido ao Governo do Estado. O deputado tem uma boa relação, há um representante do governo aqui, mas é uma questão de ordem burocrática, de rito para ser cumprido.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos fazer mais esse compromisso.

A noite é uma criança, Doutor Doca. Vossa Excelência tem amanhã até duas horas da tarde para colocar todos os termos técnicos desse Requerimento, e a gente, de um jeito ou de outro, vai aprovar amanhã na Sessão.

Feito o compromisso?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Vamos. Feito, feito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Lembrando que estamos ao vivo. Mais de mil pessoas assistindo. **(manifestação na galeria)**

Na verdade, não tem nem que ser com o Secretário. Essa tratativa é com o Thiago Alencar e com Casa Civil. Mas, raciocinando aqui, uma calamidade dessa, ajuda até a trazer recurso para o Estado, até para o governo. Então, nós vamos ter que ter argumento. Então, feitos os encaminhamentos, saímos daqui com compromisso. Amanhã, na Assembleia, aprovar a Comissão Parlamentar de Inquérito. Já estou nomeando a Deputada Cláudia como presidente, o Deputado Pedro como relator. A Comissão Mista com todos vocês. Especial Mista. Eu tenho certeza que vão ajudar muito, e aprovar o Requerimento.

Estão feitos os compromissos e sempre muito importante, está aqui o Doutor Doca que está sempre em contato, sempre ser muito transparente, muito verdadeiro, com os fatos.

Mas quero aqui falar para vocês que podem contar de verdade com a gente, que a gente vai lutar por essa causa, porque é uma causa nobre. E hoje, o que sustenta o nosso Estado, que paga os nossos salários, que tem médico, que tem policiais nas ruas, é o homem do campo. Hoje, a arrecadação do Estado, mais de 60%, 70% hoje, vem do campo.

Então, nós políticos, temos que ter esse olhar especial, temos que ter políticas públicas voltadas a quem sustenta o nosso Estado de fato e de direito. Isso que nós estamos fazendo aqui também, gente, é simplesmente a nossa obrigação. Nós fomos eleitos para isso, somos pagos e muito bem pagos, por sinal, para isso. Aqui ninguém está aqui fazendo nenhum favor. Pelo contrário, vocês que estão nos ajudando, nos embasando com essas leis e trazendo conhecimento aqui.

No mais, gente, muito obrigado a todos. Antes de encerrar aqui, gente do céu, eu estou, anoto as coisas, mas aqui a Associação Girolando fez um coquetel. Estão todos convidados aqui para um coquetel.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam esta Audiência Pública e desejo uma excelente tarde, uma excelente noite a todos.

Está encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19 horas e 20 minutos)